



**CEAD**  
Centro de Educação a Distância

**UnB**

**CFESS**  
CONSELHO FEDERAL  
DE SERVIÇO SOCIAL

*Associação  
Brasileira de  
Ensino e  
Pesquisa em  
Serviço  
Social*

## CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: DIREITOS SOCIAIS E COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS

Andreia Leticia Margarezi

### **EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AS POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO PARA O ASSISTENTE SOCIAL**

Brasília

2010



**CEAD**  
Centro de Educação a Distância



*Associação  
Brasileira de  
Ensino e  
Pesquisa em  
Serviço  
Social*

## **EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AS POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO PARA O ASSISTENTE SOCIAL**

Andréia Letícia Margarezi

Trabalho monográfico apresentado ao Departamento de Serviço Social – SER/IH da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Especialista em Serviço Social.

Orientadora: Dra. Jussara Maria Rosa Mendes

Brasília, outubro de 2010.

## **Banca examinadora**

Dra. Jussara Maria Rosa Mendes

Doutorado em Serviço Social

Marisa Camargo

Mestre em Serviço Social

## **AGRADECIMENTOS**

A orientadora Jussara Maria Rosa Mendes, pelas suas orientações com grande sabedoria, incentivo, apoio e dedicação durante o percurso dessa conquista.

A todas as pessoas que dedicaram um tempo de suas vidas para participar dessa pesquisa e a todos que direta ou indiretamente me auxiliaram na construção de minha história pessoal e profissional.

Aos meus familiares, que por questões profissionais estão muito distantes, mas que marcam minha vida pela experiência do amor recíproco no seio familiar.

E à infalível presença e inspiração de Deus, que a cada dia, me proporciona inspiração para continuar na busca incessante pelo conhecimento.

*À minha família, meu companheiro Carlos Eduardo, meus colegas de profissão e  
aos usuários do Serviço  
Social.*

*“A realidade pode ser mudada  
só porque e só na medida em que  
nós mesmos a produzimos,  
e na medida em que sabemos  
que é produzida por nós”.*  
(KOSIK, 1976, p.18)

## RESUMO

A presente monografia tem como tema as possibilidades de intervenção para o assistente social na área da educação inclusiva. Apoiada na política de educação e na política de educação especial em diferentes momentos históricos da sociedade brasileira destaca-se a discussão da educação inclusiva, suas premissas, seus limites e possibilidades no atual contexto capitalista neoliberal. A estrutura encontra-se organizada em seções que correspondem aos passos transcorridos para a realização da pesquisa. A partir da aplicação de questionário com professores que possuem alunos com deficiência nas escolas da rede regular de ensino do município de Putinga, interior do Estado do Rio Grande do Sul, analisam-se as possíveis intervenções do assistente social no processo de inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino.

**Palavras chave:** Educação inclusiva. Serviço Social. Trabalho.

## **ABSTRACT**

This monograph has as its theme the possibility of intervention by the social worker in the area of inclusive education. Supported on education policy and politics of special education at different historical moments of Brazilian society highlights the discussion of inclusive education, its premises, its limits and possibilities within the current neoliberal capitalist context. The structure is organized into sections that correspond to the steps spent for the survey. From a questionnaire for teachers who have students with disabilities in regular schools of education in the city of Putinga, the State of Rio Grande do Sul, we analyze the possible interventions in the process of social inclusion of people with disabilities in regular education.

**Keywords:** Inclusive education. Social Service. Work.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização de Putinga no RS.....	42
Gráfico 1 – Pirâmide etária.....	42
Gráfico 2 – Evolução populacional.....	43
Gráfico 3 – Produto interno bruto.....	44
Gráfico 4 – Escolas por série.....	48

## LISTA DE SIGLAS

APAE	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CENESP	Centro Nacional de Educação Especial
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CORDE	Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
ONU	Organização das Nações Unidas
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SIAB	Sistema de Informação da Atenção Básica
UNB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CENÁRIO BRASILEIRO.....</b>	<b>14</b>
1.1 Educação especial.....	14
1.2 Educação inclusiva.....	17
1.3 Desafios da inclusão na educação.....	20
<b>2 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE PUTINGA.....</b>	<b>31</b>
2.1 Considerações metodológicas.....	31
2.2 Desafios e contribuições do Serviço Social frente ao processo de inclusão no âmbito da educação.....	34
2.3 Possibilidades de intervenção para o assistente social na educação inclusiva...	41
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>52</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>58</b>
<b>APÊNDICE – Instrumento da pesquisa.....</b>	<b>62</b>
<b>ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....</b>	<b>63</b>
<b>ANEXO B - Avaliação dos Questionários do BPC na Escola.....</b>	<b>65</b>
<b>ANEXO C - Legislações.....</b>	<b>66</b>

## INTRODUÇÃO

“[...] - Eu quero saber de que cor o senhor vê as coisas.

- Da mesma que você – sorriu o diretor.

- E como é que o senhor sabe de que cor eu vejo as coisas? [...]”

Eduardo Galeano, Bocas do tempo, 2004 – Tradução de Eric Nepomuceno

A proposta da pesquisa que norteou a presente monografia consiste em conhecer e analisar as possibilidades de intervenção para o trabalho do assistente social no processo de inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino.

O estudo sobre a atuação do Serviço Social neste contexto, com olhar para o trabalho desenvolvido no município de Putinga, vem responder à curiosidade científica da pesquisadora em desvendar o trabalho que pode ser desenvolvido pelo assistente social nessa política social garantida como direito social a todo cidadão.

A preocupação em torno da não efetivação da inclusão na educação como um direito social garantido a todo cidadão justifica-se, inicialmente, pela inquietude da pesquisadora, desde o início de sua atuação profissional no ano de 2006 no município de Putinga. A experiência junto ao órgão municipal colocou-a frente ao sério questionamento da educação, como afirma Demo (2000 d, p.58), “[...] deparamo-nos com um povo que não sabe pensar, escrever nem tão pouco ler a realidade politicamente, impedindo de tornar-se sujeito da história”.

A Educação Inclusiva tem sido tema de reflexão e ansiedade para educadores e educadoras em todos os níveis de ensino, pois pressupõe mudanças de representações sobre os sujeitos a serem incluídos e das identidades de todos os envolvidos no processo.

Como poderão educadores formados para o atendimento educacional de um perfil de alunos atenderem às diferenças em suas salas de aula? Como pensar nos sujeitos a partir das marcas da diferença, quando, na melhor das hipóteses, conseguimos pensá-los como sujeitos da diversidade e, portanto, plenos de uma cultura (DUSCHATZKY; SKLIAR, 2000).

Diante dessas interrogações, surgiu junto à enriquecedora sugestão da orientadora Jussara Maria da Rosa Mendes do curso de Pós-Graduação especialização/*lato sensu* da Universidade de Brasília, Conselho Federal de Serviço Social - UNB/CFESS, a proposta de realizar a pesquisa na área da educação, culminando nesse estudo. Assim, acredita-se que, nessa tarefa da educação como responsabilidade do Estado e da sociedade em geral, insere-se o pensamento e a ação interdisciplinar, ressaltando-se o compromisso fundamental do assistente social nesse trabalho.

Esse estudo mostrará a importância da formação profissional que deverá fornecer subsídios para o profissional assistente social compreender os aspectos político e econômico em que se insere a Educação e buscar seu espaço de trabalho também nessa área, auxiliando na elaboração das diretrizes e planos municipais, estaduais e federais de inclusão.

Para uma organização dessa pesquisa, a monografia ficou estruturada em dois capítulos. O primeiro capítulo objetivou realizar um breve histórico da Educação Especial e da Educação Inclusiva no cenário Brasileiro, pois se buscou reflexões acerca dos desafios da inclusão na educação, perpassando pela qualidade na formação profissional o que reforça o compromisso ético-político diante das desigualdades sociais provindas do sistema capitalista com o enfraquecimento do

Estado (surgimento do Estado Mínimo), privatizações, aumento de lucros dos grandes empresários, baixa do salário do trabalhador, dupla jornada, etc.

No segundo e último capítulo, realizou-se uma análise da Educação Inclusiva no Município de Putinga, bem como, considerações metodológicas, com ênfase no levantamento bibliográfico, que revela dados primordiais da atuação histórica do Serviço Social nas escolas. São relevantes ainda os projetos de lei que foram aprovados e outros em tramitação para aprovação na pretensão de garantir legalmente a inserção do Serviço Social na Política Educacional brasileira. Analisaram-se também nesse capítulo as contribuições do Serviço Social frente ao processo de inclusão na educação, salientando as possibilidades de intervenção para o assistente social nessa área.

Utilizamos nesse estudo a expressão pessoa com deficiência visto que as deficiências não se portam, estão com a pessoa ou na pessoa, esta também é a denominação internacionalmente mais freqüente.

Ao final desse estudo, foram apresentados resultados e discussões, destacando as possibilidades de intervenção do assistente social no processo de inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino.

## **1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CENÁRIO BRASILEIRO**

“(...) podemos dizer que se o meio for adaptado ao ser vivo( do qual ele depende para existir), ele deixa de ser anormal, passando a constituir a dita normalidade, tão exigida pela sociedade ocidental, capitalista, preconceituosa da nossa era).”

Verli Petri

### **1.1 Educação especial**

Para compreender a trajetória da política de Educação Especial no Brasil é necessário considerar alguns marcos e tendências acerca da forma com a qual foi tecida a atual política de educação. Nessa estrutura, faz-se necessário perceber os avanços posteriores à Lei de Diretrizes e Bases - LDB/96, suas particularidades, suas principais mudanças, como se estabeleceram as características dos programas governamentais, as principais diferenças entre a educação Inclusiva e a Educação Especial, os conceitos e problemáticas que permeiam a educação especial. Também, entender quais as possibilidades de inserção para o trabalho do Assistente Social na atualidade.

A política de Educação no Brasil foi desenhada de acordo com os interesses da classe dominante, desta forma impedindo o protagonismo da classe trabalhadora. A educação nesse sentido assumiu uma função de difundir a lógica dominante de forma a ser aceita como se fosse normal, criando com isso uma população alienada, sem uma concepção crítica da realidade e apresentando uma trajetória marcada pela exclusão da população pobre, dos que vivem à margem da sociedade.

Como relacionar as pessoas com deficiência, nessa relação de exclusão determinada pelo poder instituído, onde se valoriza o mercado e a funcionalidade do

trabalhador? Essa parcela que tem comprometida parte de suas funções, sua coordenação motora limitada? Como promover uma inserção em uma sociedade que é excludente?

A trajetória da Educação Especial no Brasil é marcada por uma combinação de práticas assistencialistas e educacionais, onde parcela da população se viu relegada a atitudes isoladas, ofertas de serviços prestados por instituições públicas, privadas e filantrópicas. Mazzota (1996) identifica três grandes períodos nessa trajetória.

O primeiro se estabelece de 1954 a 1956. As iniciativas oficiais e particulares isoladas cobriam de forma progressiva os diferentes tipos de deficiência, tais como: visual, auditiva, física e mental. Começa a revelar uma tendência de afirmação do campo da educação especial.

Em 1854, foi criado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje conhecido como, Instituto Benjamim Constant, que realiza atendimento educacional no campo da educação especial.

O segundo período se estabelece a partir de 1957 até 1993. De acordo com o autor, se percebe um avanço em direção a iniciativas públicas, que passa a desenvolver campanhas e estruturar órgãos de acordo com as diferentes deficiências. Esse período marca um importante avanço em relação ao anterior, na medida em que, há um espaço de organização de âmbito nacional e aglutinam órgãos em torno da educação especial.

Os currículos educacionais são desenvolvidos pelo Estado, e sofrem intervenções de órgãos superiores, vindas de acordos com organismos internacionais, como a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) o FMI (Fundo Monetário Internacional), a Cúpula



da Governança Progressiva, entre outros; onde resultados são esperados e programados para a nação em um plano de ação de 10 anos. Neste sentido, verifica-se que um dos aparelhos de obtenção da hegemonia são as escolas, sejam elas privadas, filantrópicas ou públicas, pois todas sofrem interferências dos processos hegemônicos de globalização de valores e atitudes a partir das diretrizes curriculares nacionais e das metas estabelecidas pelos governos e acordadas com os organismos internacionais (BIANCHI; BRAGA, 2003).

Afirma-se a tendência à consolidação voltada para as pessoas com diferentes deficiências, por meio de campanhas educacionais e não de atendimento por parte do Estado. Isso configura uma marca a partir da reforma do Estado até os dias atuais no qual este repassa as suas responsabilidades à sociedade civil e apenas gerencia a administração pública.

O terceiro período pode ser identificado a partir da LDB. 9394/96. Há um reconhecimento da educação especial como uma modalidade da política de educação e passa a ser de responsabilidade dos estabelecimentos regulares de educação promover a inclusão das pessoas com deficiência nos moldes educacionais. As escolas das redes públicas devem criar condições necessárias para receber esses alunos, além da tendência de criação de estruturas físicas e pedagógicas para a educação especial.

O principal marco desse período é a LDB e o reconhecimento da educação especial como uma subárea da política de educação. A educação especial passa a ser vista como uma responsabilidade dos estabelecimentos regulares de ensino e as instituições filantrópicas e especializadas devem desempenhar um papel de complementação em turno inverso ao ensino regular. Essa área também passa a

representar um campo de interesse teórico de profissionais que absorvem diferentes campos de conhecimento.

Somente a partir da LDB passa-se a ter um maior esclarecimento para o entendimento de educação especial. Pela primeira vez na história brasileira, passa a conter um capítulo exclusivo para a educação especial, seguindo a proposta internacional de política de inclusão na rede regular de ensino, Entende-se por educação especial “[...] a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (Brasil, 1996).

Com isso amplia-se o leque de atendimento, passam a ser consideradas as demais deficiências para além da deficiência física, a maioria dos educandos passam a ser considerados portadores de capacidade de aprendizagem.

Para atender a essas necessidades especiais, os sistemas de ensino devem assegurar, entre outras condições: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos específicos e professores com especialização adequada. No contexto atual, a questão da inclusão tem sido incorporada no debate internacional e apresentado interferência dos organismos multilaterais.

## **1.2 Educação inclusiva**

O modelo inclusivo de educação em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular apresenta-se como mais uma proposta salvadora na educação especial, que possibilitará uma reviravolta na realidade das pessoas com deficiência, pois tem como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos. Amplia o público alvo, porém sua

implementação mostra toda a contradição presente na sociedade neoliberal, na qual o Estado mínimo permite o sucateamento das escolas; a desregulamentação das condições de trabalho e dos salários; e promove a desmobilização da categoria dos profissionais, aspectos que influenciam no fracasso escolar, evasão e altos índices de repetência.

Ao tratar sobre a política de educação inclusiva, cabe discutir que o termo inclusivo traz em si o termo exclusão, pois ao apregoar que os alunos com deficiência devem ter acesso à educação na rede regular de ensino, que eles devem participar de uma educação inclusiva, pressupõe que eles estavam alijados da educação ou do sistema educacional.

Se levarmos em consideração que a educação regular é considerada apenas na escola comum, então as pessoas com deficiência atendidas por instituições públicas ou privadas especializadas estão excluídas da educação formal.

Reafirma-se dessa maneira, a existência da divisão entre ensino especial e ensino comum, e explicita-se a necessidade da mudança na forma legal do trato dessa questão na política de educação. O discurso oficial é o de que a inclusão no sistema escolar comum propicia romper com esses estigmas, pois ao estar inserido em turmas de alunos ditos “normais” o desenvolvimento do educando com necessidades especiais se dará de forma natural, ainda que venha a precisar de algum apoio, através de adaptações no local, de profissionais especializados na própria instituição ou através de outras instituições especializadas.

Nessa perspectiva, ampliar-se-ia o conceito de educação inclusiva, de modo que todo aluno seria considerado capaz de aprender, onde seu tempo de aprendizagem, suas particularidades seriam levadas em consideração na elaboração do programa de aula. Rompendo com a homogeneização e

padronização do processo educativo vigente, estaríamos rompendo também com a dicotomia ensino comum e ensino especial.

Martins (2001) critica o modelo de inclusão, ressaltando que há dificuldade na formulação de um conceito que enfoque o que é determinante nos processos de exclusão. Dessa maneira, acaba-se pensando na inclusão sem apresentar a construção histórica desse conceito, isto é, relacionando-o ao social, que convive com o seu contrário que é a exclusão.

Ao pensar na inclusão, logo se fala de incluir uma parcela que supostamente está fora de alguma coisa. Esse conceito traz em si uma problemática que é o fenômeno da exclusão. A noção de exclusão pressupõe a normalidade da lei, de comportamentos de pessoas que estão incluídas ou porque nunca fizeram parte, ou já fizeram e hoje não participam mais. A ação da inclusão e exclusão tem a ver com a destruição ou constituição de direitos. Logo, pressupõe um comportamento de quem é e de quem não é sujeito.

Juridicamente todos nós somos iguais, porém concretamente não somos. E isso implica na nossa profissão, pois defendemos os direitos de todos em uma sociedade desigual, em que a concretização desses direitos para todos não se realiza. As pessoas que aparentemente estão excluídas, na verdade estão incluídas de forma desigual.

A discussão da exclusão nos leva a pensar a inclusão do ponto de vista histórico e conjuntural. A educação inclusiva tem relação com a educação para todos. Só que muitos que além de estarem fora, são diferentes por terem uma deficiência, que historicamente foram conceituados como especiais. Hoje se inclui na educação especial alunos com dificuldades de aprendizado.

Por sua vez, a desigualdade trata-se de um conceito que se refere também a um processo histórico, presente em diferentes sociedades e que ajuda, a explicar a pobreza, associada a quem detém os meios de produção, a partir de uma desigualdade de classe, como exemplo na sociedade capitalista. Na tentativa de amenizar as desigualdades sociais, surgem os programas e projetos sociais, que fazem parte de um processo de reprodução social, isto é, a reprodução do capital.

A diversidade é reconhecida como uma questão de direitos humanos e as diferenças são para ser respeitadas. A diferença tem uma conotação mais problematizada na sociedade que se organiza a partir de uma noção contratualista de que “todos são iguais”. Na verdade não são, tanto que todos podem ver essa igualdade não se realizar.

Além disso, uma das características mais interessantes da Educação Inclusiva é que ela também prevê o envolvimento das famílias e comunidade. A escola poderá beneficiar-se com parcerias com universidades, escolas SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), APAE (Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais), centros de atendimentos à pessoa com deficiência, associações etc., ou seja, as parcerias podem ocorrer de acordo com as possibilidades de serviços oferecidos no município. Visualizamos a parceria no sentido de trabalho em rede como fundamental para que a escola consiga suprir os recursos humanos e materiais necessários à educação inclusiva.

### **1.3 Desafios da inclusão na educação**

O mais importante da vida não é a situação em que estamos, mas a direção para qual nos movemos.

Oliver Wendell Holmes

Segundo o Censo 2000, 14,5% da população brasileira são pessoas com deficiência. Isso significa cerca 24,5 milhões de pessoas em todo território nacional. Este Censo ensejou outro estudo, mais elaborado, chamado: Diversidades: Retratos da Deficiência no Brasil, que foi publicado em 2003, pela Fundação Getulio Vargas do Rio de Janeiro e pela Fundação Banco do Brasil.

Segundo o estudo, do total de pessoas com deficiência 54% são mulheres. Os homens representam 64% das pessoas com deficiência mais severa. Metade da população brasileira com mais de 60 anos tem algum tipo de deficiência. 27,61% das pessoas com deficiência não são alfabetizadas. Um dado relevante é o de que, entre as pessoas que não tem deficiência no Brasil, 32% são inativos para o trabalho, ao passo que, entre as pessoas com deficiência chega a 54%. A média de renda das pessoas com deficiência é de US\$ 250, enquanto que a de quem não tem deficiência fica em torno de US\$ 295. (RIBAS, 2007, p. 20-21).

Dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) de 2003 apontam a existência de 610 milhões de pessoas com deficiência, o equivalente a 10% dos habitantes do planeta e no Brasil apenas no ano de dois mil, através do Censo, é que houve uma procura para saber um pouco mais sobre pessoas com deficiência.

É visível que nem os avanços da modernidade na sociedade contemporânea conseguiram mudar o quadro da discriminação.

Ao contrário, os acontecimentos da vida contemporânea trazem impactos na vida dos sujeitos, pois as oportunidades são claramente desiguais entre pessoas sem deficiência, popularmente ditas “normais” e as oportunidades para as pessoas com deficiência.

Faz-se necessário compreendermos a realidade social na qual a escola está inserida bem como a inserção do Assistente Social no sistema educacional, tendo

como referencial legal o histórico dos Projetos de Lei n.º 3.688 de 2000 e n.º 837 de 2005, que garantem o Assistente Social no quadro de profissionais das escolas da rede pública. O conhecimento dos fatos históricos educacionais nas décadas de 80 e 90 (século XX), os fundamentos legais da educação no Brasil e as influências sociológicas na educação, nos permite compreendermos essa realidade.

O atendimento às pessoas com deficiência no país era de natureza custodial e assistencialista. A deficiência era vista como uma doença crônica e o deficiente como um ser inválido e incapaz, que pouco poderia contribuir para a sociedade, devendo ficar ao cuidado da família ou internado em instituições “protegidas”, segregado do resto da população. Graças às influências sociológicas da educação, psicologia e áreas afins, ocorrida na segunda metade do século XX a expressão “o deficiente aprende” tornou-se palavra de ordem, sendo um avanço para pessoas com deficiência. Essa proposta de integração foi originalmente introduzida na educação especial por um grupo de profissionais da Escandinávia, na forma do chamado princípio da Normalização (WOLFENBERGER citado por GLAT, 1998).

O princípio da normalização e integração foi rapidamente difundido nos Estados Unidos, Canadá e diversos países europeus, se fortalecendo, no final dos anos 60 e início dos anos 70 (Século XX), junto com os movimentos de direitos. No Brasil a promulgação da lei 4.024/61 legalizou a educação dos deficientes na rede regular de ensino.

A educação especial se institucionalizou em termos de planejamento de políticas públicas com a criação do Centro Nacional de Educação Especial-CENESP em 1973, ao mesmo tempo em que teve início a implantação de subsistemas de educação especial nas diversas redes públicas de ensino (GLAT, 1998).

Frente a esse contexto de profundas mudanças ocorridas no mundo e na sociedade brasileira, tais como: Flexibilização na relação de emprego, diversificação nas formas de contratação, avanço da remuneração variável, intensificação do ritmo de trabalho, sobreposição do tempo econômico sobre o tempo da vida e crescimento do desemprego. Instaurou-se a necessidade de um aprofundamento teórico das leis e diretrizes da educação. Entretanto, na década de 1990, houve um movimento decorrente da Declaração de Salamanca e a Declaração Mundial sobre Educação para todos, que desencadeou o surgimento de uma nova Lei de Diretrizes e Bases para regulamentar a escola pública.

Percebemos que a Educação Inclusiva é o resultado de muitas discussões e estudos, e o conhecimento dos documentos internacionais e nacionais são muito importantes na compreensão dessa temática.

Um dos importantes documentos que refere-se aos direitos da pessoa com deficiência é a Declaração Universal de Direitos Humanos (ONU - 1948) que estabelece que os direitos humanos são os direitos fundamentais de todos os indivíduos. Todas as pessoas devem ter respeitados os seus direitos humanos: direito à vida, à integridade física, à liberdade, à igualdade, à dignidade e à educação. (<http://www.scribd.com>, 2010).

Para essa compreensão segue-se um resumo histórico, conforme dados do mesmo site:

- 1971 - Declaração dos Direitos das Pessoas Mentalmente Retardadas (ONU) proclama os direitos das pessoas com deficiência intelectual.
- 1975 - Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (ONU) estabelece os direitos de todas as pessoas com deficiência, sem qualquer discriminação.



- 1980 - Carta para a Década de 80 (ONU) estabelece metas dos países membros para garantir igualdade de direitos e oportunidades para as pessoas com deficiência.
- 1983-1992 — Década das Nações Unidas para as Pessoas com Deficiência para que os países-membros adotassem medidas concretas para garantir direitos civis e humanos.
- 1990 – Conferência Mundial sobre Educação para Todos (ONU) aprova a Declaração Mundial sobre Educação Para Todos (Conferência de Jomtien, Tailândia) e o Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem; promove a universalização do acesso à educação.
- 1993 – Normas sobre Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência (ONU) estabelece padrões mínimos para promover igualdade de direitos (direito à educação em todos os níveis para crianças, jovens e adultos com deficiência, em ambientes inclusivos).
- 1994-Declaração de Salamanca - Princípios, Política e Prática em Educação Especial proclamada na Conferência Mundial de Educação Especial sobre Necessidades Educacionais Especiais reafirma o compromisso para com a Educação para Todos e reconhece a necessidade de providenciar educação para pessoas com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino.
- 1993 – Declaração de Manágua Delegados de 39 países das Américas exigem inclusão curricular da deficiência em todos os níveis da educação, formação dos profissionais e medidas que assegurem acesso a serviços públicos e privados, incluindo saúde, educação formal em todos os níveis e trabalho significativo para os jovens.

- 1999 – Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência – Guatemala - condena qualquer discriminação, exclusão ou restrição por causa da deficiência que impeça o exercício dos direitos das pessoas com deficiência, inclusive à educação.
- 1999 -Declaração de Washington - Representantes dos 50 países participantes do encontro “Perspectivas Globais em Vida Independente para o Próximo Milênio”, Washington DC, Estados Unidos, reconhecem a responsabilidade da comunidade no fomento à educação inclusiva e igualitária.
- 2002 -Declaração de Caracas constitui a Rede Iberoamericana de Organizações Não-Governamentais de Pessoas com Deficiência e suas Famílias como instância para promoção, organização e coordenação de ações para defesa dos direitos humanos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência e suas famílias.
- 2002 - Declaração de Sapporo, Japão representando 109 países, 3 mil pessoas, em sua maioria com deficiência, na 6ª Assembléia Mundial da Disabled Peoples' International - DPI, insta os governos em todo o mundo a erradicar a educação segregada e estabelecer política de educação inclusiva.
- 2002 – Congresso Europeu de Pessoas com Deficiência proclama 2003 o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência para conscientizar sobre os direitos de mais de 50 milhões de europeus com deficiência.
- 2003 - Ano Europeu das Pessoas com Deficiência oportunidades iguais e acesso aos recursos da sociedade (educação inclusiva, novas tecnologias,

serviços sociais e de saúde, atividades esportivas e de lazer, bens e serviços ao consumidor).

- 2004 - Ano Iberoamericano da Pessoa com Deficiência proclamado na última reunião da Cúpula dos Chefes de Estados dos Países iberoamericanos, realizada na Bolívia, da qual o Brasil é membro, define a questão da deficiência como prioridade, fortalecendo as instituições e as políticas públicas direcionadas à inclusão das pessoas com deficiência.

Transcorrendo pela Legislação Nacional, destaca-se:

- 1854 - Instituto Benjamin Constant (IBC) fundado no Rio de Janeiro, RJ, com o nome de Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Foi a primeira instituição de educação especial da América Latina; ainda em funcionamento.
- 1857 - Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines) fundado no Rio de Janeiro, RJ, por D. Pedro II - ainda em funcionamento.
- 1988 - Constituição Federal (Art. 208, III) estabelece o direito das pessoas com necessidades especiais de receberem educação, preferencialmente na rede regular de ensino.
- 1989 - Lei N.º 7.853 cria a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos das pessoas com deficiência, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências.
- 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei n.º 8.069). No Art. 53. assegura a todos o direito à igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

- 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei N.º9.394/96) assegura aos alunos com necessidades especiais currículos, métodos, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades específicas.
- 1998 - Parâmetros Curriculares Nacionais (Adaptações Curriculares) do MEC fornecem as estratégias para educação de alunos com necessidades educacionais especiais.
- 1999 - Decreto N.º 3.298 regulamenta a Lei n.º 7.853/89 que trata da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e estabelece a matrícula compulsória em cursos regulares em escolas públicas e particulares de pessoas com deficiência.
- 2000 - Lei N.º 10.098 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida mediante a eliminação de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.
- 2000 - Lei N.º 10.048 estabelece a prioridade de atendimento às pessoas com deficiência e determina que os veículos de transporte coletivo a serem produzidos deverão ser planejados de forma a facilitar o acesso a seu interior das pessoas com deficiência.
- 2001 - Plano Nacional de Educação explicita a responsabilidade da União, dos Estados e Distrito Federal e Municípios na implementação de sistemas educacionais que assegurem o acesso e a aprendizagem significativa a todos os alunos.

- 2001 - Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica endossa a necessidade de que todos os alunos possam aprender juntos em uma escola de qualidade.
- 2001 - Decreto n.º 3.956, da Presidência da República do Brasil, que reconhece o texto da Convenção Interamericana para a "Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência" (Convenção da Guatemala), reafirmando o direito de todas as pessoas com deficiência à educação inclusiva.
- 2001 - Parecer CNE (Conselho Nacional de Educação)/CEB (Câmara de Educação Básica) nº 17 aponta os caminhos da mudança para os sistemas de ensino nas creches e nas escolas de educação infantil, fundamental, médio e profissional.
- 2004 - Decreto nº 5296 de 02 de dezembro regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 e, 10.098, de 19 de dezembro de 2000 que estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade em vários âmbitos.

Acreditamos que todos os documentos relacionados à pessoa com deficiência são importantes, mas nos referenciamos com mais ênfase na Constituição Brasileira, inciso III do Art. 208 que se refere ao “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988). E o documento elaborado pela CORDE (Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência) e pelo então Departamento de Educação Especial do MEC que serviu de base para elaboração da “Política Nacional de Educação Especial” propõe como diretriz, entre outras: “apoiar o sistema regular de ensino para a inserção das pessoas com deficiência...dar

prioridade quando do financiamento, a projetos institucionais que envolvam ações de integração” (CORDE, 1992).

A nova Lei n.º 9394 de 20 de dezembro de 1996 (LDB), além de reafirmar o direito à educação, também estabeleceu diretrizes e bases, tendo características básicas de flexibilidade, abertura e inovações importantes para a educação nacional. A aprovação e a regulamentação da LDB de 1996 trouxeram alterações significativas para o ensino brasileiro, pois ampliou a educação, ajustando-a as necessidades sociais, ou seja, o desenvolvimento de habilidades e competências para a inserção do cidadão no mercado de trabalho, trazendo avanços e promovendo a inclusão das crianças e adolescentes que estavam excluídas do acesso ao ensino público.

No entanto, nota-se que a LDB/1996 apresenta uma proposta de transformação do ensino público, mas esta e o sistema escolar não estão desassociados do contexto econômico e político neoliberal.

Tendo em vista que a educação é uma política pública de direito constitucional, este deve ser garantido não somente com a democratização do acesso do sujeito à educação, mas, sobretudo à qualidade do ensino, a fim de promover o crescimento cultural do indivíduo enquanto cidadão.

Claramente evidenciam-se na atualidade grandes desafios à educação, sendo o maior deles o de garantir o acesso aos alunos com deficiência em classes das escolas regulares, em todos os níveis, etapas e modalidades de educação. Muitos alunos apresentam altas habilidades, superdotação, condutas típicas de síndromes, quadro psicológico ou psiquiátrico, com deficiência física, sensorial ou intelectual, decorrente de fatores genéticos inatos ou ambientais, de caráter temporário ou permanente.

A escola assume papel fundamental na aceitação social do sujeito e superação desses desafios. Houve avanços, professores dessa pesquisa relatam nos questionários respondidos que há sim possibilidades de adaptar as suas aulas no município de Putinga, como por exemplo, o conhecimento através do teatro, jogos, a ginástica, a dança, além do esporte em geral.

Acreditamos que para os alunos com deficiência serem atendidos de forma realmente inclusiva deve haver uma prática pedagógica a partir de um novo eixo de compreensão pautado na inclusão social. Buscando-se formas, métodos e organizações que possam dar conta do desafio de transformar o contexto cotidiano das práticas escolares, historicamente reprodutoras da exclusão dos mesmos..

## **2 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE PUTINGA**

### **2.1 Considerações metodológicas**

A pesquisa que subsidiou a construção dessa monografia teve abordagem qualitativa. Partiu do levantamento bibliográfico sobre o tema em estudo, a educação inclusiva; e do levantamento de materiais: planos, programas, decretos, artigos, atas, relatórios, ofícios, documentos, panfletos, etc., disponíveis na Secretaria Municipal de Saúde, Trabalho e Assistência Social, para o resgate histórico e a compreensão do cenário da investigação – a cidade de Putinga, com suas peculiaridades.

As informações foram contempladas através de cinco questionários, com seis questões abertas e fechadas, compostas por mais de uma interrogação sobre educação inclusiva e o trabalho do assistente social na educação, sendo os sujeitos da pesquisa, professores da rede regular de ensino que atuam diretamente em sala de aula com alunos com deficiência na rede do município de Putinga.

O desenvolvimento da pesquisa de campo teve a preocupação em refletir sobre o cenário da investigação, a cidade de Putinga, a opção metodológica que parte de uma perspectiva crítico-dialética. Num primeiro momento foi realizado um estudo exploratório da realidade, os sujeitos acrescentaram à pesquisa informações sobre a realidade da inclusão e de outra visão do Serviço Social na educação.

Segundo Chizzotti (1995, p.11), “a pesquisa investiga o mundo em que o homem vive e o próprio homem”. Contudo, a pesquisa só existe com o apoio de procedimentos metodológicos adequados, que permitam a aproximação ao objeto de estudo.



Para a construção desse estudo exploratório, foram adotados vários procedimentos metodológicos necessários para se obterem respostas aos questionamentos e aos objetivos propostos inicialmente pela pesquisadora:

Analisar as contribuições do Serviço Social no processo de inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino, refletir a cerca dos desafios da inclusão na educação, bem como, os desafios e contribuições do Serviço Social frente ao processo de inclusão e diversidade no âmbito da educação, perpassando pela qualidade na formação profissional o que reforça o compromisso ético-político diante das desigualdades sociais provindas do sistema capitalista e da globalização. (MARGAREZI, 2010, p. 11).

A pesquisa bibliográfica permitiu o levantamento de materiais referentes ao tema estudado e o aprofundamento teórico que norteia a pesquisa. Segundo Gil (2002, p.44), “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica está no fato de permitir ao pesquisador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente, colocando o pesquisador em contato com o que já se produziu e se registrou a respeito do tema de pesquisa.

Foram utilizados autores que se fundamentam no referencial crítico-dialético, tais como: MARTINELLI, YASBEK, IAMAMOTO, e apresentam reflexões sobre a legitimação da profissão do assistente social no cenário brasileiro, sua representatividade no mundo da pesquisa e sua intervenção na política educacional como espaço a ser conquistado concretamente.

Como primeiro momento, foi realizada a pesquisa bibliográfica dos dados históricos do trabalho desenvolvido pelo Serviço Social na Educação e, em seguida, um estudo exploratório da realidade, que tem como objetivo “proporcionar maior

familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GIL, 2002, p.41).

A pesquisa é vista como um diálogo crítico e criativo com a realidade, culminando com a elaboração própria e com a capacidade de intervenção. Em tese, pesquisa é a atitude de “aprender a aprender” e, como tal, faz parte de todo processo educativo e emancipatório (DEMO, 2000c, p.128).

Com base em uma abordagem qualitativa, buscou-se, segundo Minayo (2000, p.21) “respostas a questões particulares que não podem ser quantificadas como o universo de significados, de motivos, de aspirações, de crenças, de valores e atitudes da atuação do Serviço Social no campo educacional, no cenário brasileiro”.

Para Martinelli (1999, p.115),

A pesquisa qualitativa se insere no marco de referência da dialética, direcionando-se fundamentalmente, pelos objetivos buscados nos fornece uma visibilidade muito clara do objeto, objetivo e metodologia, de onde partimos e onde queremos chegar.

O levantamento bibliográfico foi realizado por meio dos dados fornecidos pela própria Secretaria de Saúde, Trabalho e Assistência Social de Putinga. Também foram pesquisados os projetos de lei que estão sendo construídos em relação ao assistente social na educação. Foram analisados dados do Programa Federal BPC (Benefício de Prestação Continuada) na Escola realizada no município de Putinga e disponível online, produções científicas e acadêmicas produzidas em capítulos de livros, artigos em revistas profissionais e material *on-line*, em alguns sites das universidades que possuem cursos de graduação em Serviço Social (PUC/RS, UNISC/RS). Todo esse material data o início da atuação do Serviço Social no campo educacional durante a década de 1940, no Brasil.

Para as análises e reflexões foram realizadas fotocópias de produções científicas e acadêmicas produzidas em capítulos de livros, artigos e revistas profissionais, disponíveis online.

## **2.2 Desafios e contribuições do Serviço Social frente ao processo de inclusão no âmbito da educação**

“Prefiro as linhas tortas, como Deus. Em menino eu sonhava de ter uma perna mais curta (só pra poder andar torto). Eu via o velho farmacêutico de tarde a subir a ladeira do beco, torto e deserto... toc ploc toc ploc . Ele era um destaque.

Se eu tivesse uma perna mais curta, todo mundo haveria de olhar para mim:

Lá vai menino toro subindo a ladeira do beco toc ploc toc ploc .

Eu seria um destaque a própria sagração do Eu”.

Monoel de Barros

É de extrema relevância compreender o cenário econômico e social brasileiro, bem como, as expressões da questão social que estão diretamente ligadas à desigualdade social do capitalismo. Com a reestruturação produtiva ocorrem repercussões na produção e no trabalho, altera-se a órbita da produção e das relações sociais no Brasil e no mundo. Assim afirma Boschetti (2008, p.20):

O Serviço Social ao se constituir como uma profissão que atua predominantemente, na formulação, planejamento e execução de políticas públicas de educação, saúde, previdência, assistência social, transporte, habitação, tem o grande desafio de se posicionar criticamente diante da barbárie que reitera a desigualdade social, e se articular aos movimentos organizados em defesa dos direitos da classe trabalhadora e de uma sociedade livre e emancipada, de modo a repensar os projetos profissionais nessa direção. Esses são os compromissos éticos, teóricos, políticos e profissionais que defendemos no Brasil e em nosso diálogo com o mundo (*on-line*).

No contexto de violação de direitos, é de extrema importância a construção de estratégias de enfrentamento das expressões da questão social. Para Costa (2006, p.73):

Pensar o conjunto de necessidades sociais que se colocam como campo potencial para a atuação do profissional do Serviço Social exige um profissional mais refinado, capaz de compreender para além da brutalidade da pobreza, da exclusão social, da violência, as possibilidades emancipatórias dos desejos e das escolhas significativas.

Para melhor compreendermos o contexto onde se efetivam as expressões da questão social devemos ter claro o conceito de Estado que é amplo e complexo. Na atual etapa de desenvolvimento do capitalismo, os princípios institucionais da universalidade, a uniformidade e equivalência dos direitos, a diversidade de financiamento e a gestão democrática e descentralizada, estão sendo desconsiderados, caracterizando o gradual desmonte e desestruturação da política educacional no Brasil. E como afirma Iamamoto (2000, p.113),

Ao profissional assistente social apresenta-se um dos maiores desafios nos dias atuais: desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. O perfil predominante do assistente social historicamente é o de um profissional que implementa políticas sociais e atua na relação direta com a população usuária. Hoje exige-se um trabalhador qualificado na esfera da execução, mas também na formulação e gestão de políticas sociais, públicas e empresariais: um profissional propositivo, com a sólida formação ética, capaz de contribuir ao esclarecimento dos direitos sociais e dos meios de exercê-los, dotado de uma ampla bagagem de informação, permanentemente atualizada, para se situar em um mundo globalizado.

Os desafios ao trabalho dos/as assistentes sociais na conjuntura atual estão em conhecer profundamente as muitas faces da questão social, das quais a mais perversa é a desigualdade econômica, política, social e cultural que abrange a maioria da população, tendo como referência os seguintes princípios do Código de Ética Profissional, disponibilizado pelo Conselho Federal de Serviço Social (<http://www.cfess.org.br>, 2010):

Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras"; (...) "Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida"; (...) "Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão

democrática”; (...) Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional.

Outro grande desafio é a necessidade de capacitação da categoria na área da pesquisa social. Poucos profissionais estão qualificados, em virtude de inúmeras questões: falta de acesso às qualificações, carga horária elevada, baixos salários, etc., fragmentos do capitalismo, que afetam diretamente os trabalhadores. A defesa e ampliação dos direitos sociais e o posicionamento contrário às reformas neoliberais são desafios aos assistentes sociais e para todas as categorias profissionais comprometidas com a justiça social.

Ao realizarmos a pesquisa sobre a presença do Serviço Social na Política Educacional percebemos que a mesma não é recente, muito pelo contrário, surgiu em 1906, nos Estados Unidos e no Brasil nas décadas de 1940 e 1950. A intervenção do Serviço Social era direcionada para os trabalhos realizados com os “menores carentes” assim denominados pelo contexto social vigente.

Com o passar dos anos, muitos estados e municípios brasileiros organizaram e sistematizaram trabalhos de atuação do assistente social nas escolas, em projetos sociais não escolares, na educação superior e em equipes interdisciplinares de assessoria e elaboração de diretrizes, de normas e de planos de ação para a atuação na educação.

Com o avanço da profissão, ocorre um redimensionamento da atuação do Serviço Social na educação, visando, a partir das diversas experiências de atuação profissional, extrapolar o ambiente escolar. É necessário que os profissionais ampliem a concepção de educação, que compreendam o processo pedagógico de ensino-aprendizagem, participem dos conselhos escolares e promovam a articulação da educação com as demais políticas sociais.

O Serviço Social é uma profissão fundamental para trabalhar a garantia da educação como direito social preconizado nas leis brasileiras, bem como, auxiliar diretamente na inclusão das pessoas com deficiência na rede regular de ensino.

Percebe-se, a partir da pesquisa realizada que ainda há o desconhecimento dos profissionais da educação sobre o trabalho do assistente social e conseqüentemente a pouca aceitação desse profissional nos espaços escolares e também, muitas vezes, o despreparo do próprio assistente social para o trabalho educacional, sendo esses, grandes desafios para a efetividade da inserção do assistente social na escola.

O Serviço Social é uma profissão que trabalha no sentido educativo de revolucionar consciências, de proporcionar novas discussões, de trabalhar as relações interpessoais e grupais. Assim, a intervenção do assistente social é uma atividade veiculadora de informações, trabalhando em consciências, com a linguagem que é a relação social (MARTINELLI, 1998).

Estando frente às mudanças sociais, o assistente social pode desenvolver um trabalho de articulação, de interação de equipe, de busca de estratégias de proposição e intervenção, resgatando a visão de integralidade e coletividade humana e o real sentido da apreensão e participação do saber, do conhecimento.

Desta forma, pode-se afirmar:

O campo educacional torna-se para o assistente social hoje não apenas um futuro campo de trabalho, mas sim um componente concreto do seu trabalho em diferentes áreas de atuação que precisa ser desvelado, visto que encerra a possibilidade de uma ampliação teórica, política, instrumental da sua própria atuação profissional e de sua vinculação às lutas sociais que expressam na esfera da cultura e do trabalho, centrais nesta passagem de milênio (ALMEIDA, 2000, p.74).

O contexto escolar é riquíssimo para o profissional do Serviço Social, pois fornece mecanismos que possibilitam ao profissional articular propostas de ações

efetivas, a partir do resgate da visão de integralidade humana e do real significado histórico-social do conhecimento através de participação ativa na equipe escolar.

Para Amaro (1997), a interdisciplinaridade, no contexto escolar, representa estágios de superação do pensar fragmentado e disciplinar, resultando-se na idéia de complementaridade recíproca entre as áreas e seus respectivos saberes.

Sabe-se que, é no interior da escola, no cotidiano dos alunos e de suas famílias, que se configuram as diferentes expressões da questão social, como desemprego, subemprego, exploração do trabalho infanto-juvenil, baixa renda, fome, desnutrição, problemas de saúde, habitações inadequadas, drogas, famílias multiproblemáticas, violência doméstica, pobreza, desigualdade social, exclusão social, etc. As expressões da questão social no âmbito educacional é que justificam a inserção do profissional do Serviço Social:

O desafio é re-descobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade. Essa discussão é parte dos rumos perseguidos pelo trabalho profissional contemporâneo (IAMAMOTO, 1998, p.75).

De acordo com a autora, o assistente social exerce, indiscutivelmente, funções educativo-organizativas sobre as classes trabalhadoras. E, na escola, seu papel não poderia ser diferente, pois seu trabalho incide sobre o modo de viver e de pensar da comunidade escolar, a partir das situações vivenciadas em seu cotidiano, justamente por seu caráter político-educativo, trabalhando diretamente com ideologia, e dialogando com a consciência dos seus usuários.

No livro “O Serviço Social na Educação”, elaborado pelo Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (2001, p.11), encontram-se dados estatísticos que revelam que cerca de 36 milhões de pessoas vivem nas cidades abaixo da linha de pobreza

absoluta, e que o país ocupa o último lugar nos Relatórios da Organização das Nações Unidas – ONU no quesito enfoque à questão social. Isto se reflete em uma quantia de aproximadamente 60% de alunos, que em determinadas regiões do Brasil, iniciam seus estudos e não chegam a concluir a 8ª série do ensino fundamental.

A escola, enquanto equipamento social, precisa ter em seu corpo técnico, um profissional capaz de perceber as manifestações da questão social, principalmente em relação às pessoas com deficiência, que são em grande número no país. Segundo Almeida (2000), as demandas provenientes do setor educacional, no que se refere a sua ação ou ao fazer profissional do Serviço Social, recaem em diversas situações. Tem-se assim necessidade de atividades em turno inverso a escola regular, com crianças e adolescentes, através de projetos como o Apoio Sócio-Educativo em Meio Aberto (ASEMA), como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. (BRASIL, 1990).

Faz-se necessário aproveitar espaços privilegiados como o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) para realizar grupos com as famílias desses alunos, buscando a sua inclusão, bem como, de pais de pessoas com deficiência em idade escolar que não frequentam a escola, abordando temas referentes à importância da educação como direito e dever de todos, inclusive dos pais e ou responsáveis. Nesse espaço, o profissional de Serviço Social aproxima-se da família e intervém com o objetivo de identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam a problemática social no campo educacional e, conseqüentemente, deve trabalhar em ações preventivas, no intuito de evitar que o ciclo de exclusão social se repita. Os objetivos da ação profissional do Serviço Social no setor educacional são:



Contribuir para o ingresso, regresso, permanência e sucesso da criança e adolescente na escola; favorecer a relação família-escola-comunidade ampliando o espaço de participação destas na escola, incluindo a mesma no processo educativo; ampliar a visão social dos sujeitos envolvidos com a educação, decodificando as questões sociais; proporcionar articulação entre educação e as demais políticas sociais e organizações do terceiro setor, estabelecendo parcerias, facilitando o acesso da comunidade escolar aos seus direitos. (MARTINS, 1999, p.60).

Desta maneira, o trabalho do assistente social na escola se concretiza nas seguintes atribuições:

Melhorar as condições de vida e sobrevivência das famílias e alunos; favorecer a abertura de canais de interferência dos sujeitos nos processos decisórios da escola (os conselhos de classe); ampliar o acervo de informações e conhecimentos, a cerca do social na comunidade escolar; estimular a vivência e o aprendizado do processo democrático no interior da escola e com a comunidade; fortalecer as ações coletivas; efetivar pesquisas que possam contribuir com a análise da realidade social dos alunos e de suas famílias; maximizar a utilização dos recursos da comunidade; e contribuir com a formação profissional de novos assistentes sociais, disponibilizando campo de estágio adequado às novas exigências do perfil profissional. (MARTINS, 1999, p.70).

Para atuar criticamente na realidade social e no campo educacional, o assistente social precisa desenvolver um perfil diferenciado, crítico, reflexivo, criativo, propositivo, inovador e estratégico. Mas para isso ocorrer é necessário que o profissional esteja qualificado e compreenda os pressupostos atuais da profissão.

Percebemos no decorrer desse estudo que a área da educação ainda é um desafio para o assistente social, pois o Serviço Social é pouco reconhecido nessas instituições. Contudo, houve avanços. A construção do trabalho é contínua, visto que a realidade atual de exclusão impõe a necessidade de outras formas de trabalho frente às demandas da escola.

O assistente social deve acompanhar os avanços da profissão, estar em constante capacitação, ter conhecimento teórico-metodológico consistente, cumprindo com os princípios estabelecidos no Código de Ética Profissional proporcionando a todos uma compreensão clara da realidade social. Deve ser capaz de realizar também assessorias na elaboração e implementação das políticas

sociais, especialmente a educação, nos projetos de extensão à comunidade, participar nos conselhos escolares e municipais de educação, nas equipes de formação e orientação aos profissionais da educação na gestão escolar especialmente na “proposta pedagógica que insere a escola na realidade e a realidade na escola como elemento fundamental para o ensino e aprendizagem” (ALESSANDRINI, 2001, p.55).

Ressaltamos que só será possível a construção da verdadeira inclusão das pessoas com deficiência na rede regular de ensino, com o trabalho efetivo do assistente social com foco na busca pela participação conjunta da sociedade nessas ações.

Esse processo, afirma Iamamoto (2001, p.20),

“exige do assistente social uma participação enquanto um sujeito profissional que tenha competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais [...] desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. [...] e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes.”

### **2.3 Possibilidades de intervenção para o assistente social na educação inclusiva**

O presente estudo sobre Educação inclusiva do município de Putinga nos remete a compreender sobre a importância do mesmo ser utilizado como ponto de partida para outras pesquisas vinculadas ao objeto de estudo em questão.

Abordaremos um breve diagnóstico do município de Putinga para contextualizar o lócus de pesquisa. O município de Putinga, também conhecido como cidade do meteorito, localiza-se na região nordeste do Rio Grande do Sul - RS

de acordo com a Figura 01, e é cortado ao meio pelo Arroio Putinga. Está dividida geograficamente em 24 comunidades.

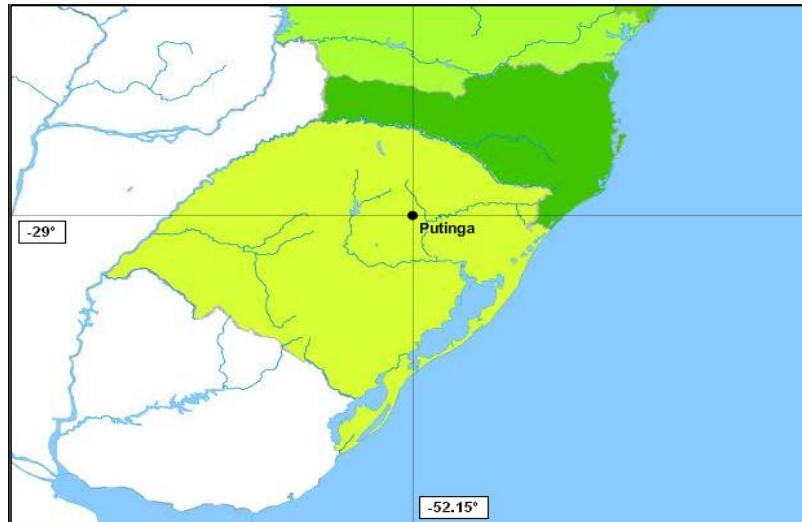


Figura 01 – Localização de Putinga no RS  
FONTE: IBGE 2007

De acordo com estimativas do IBGE a população de Putinga no ano de 2007 era estimada em 4.192 habitantes distribuídos por toda sua extensão, sendo a maioria constituída por homens, conforme demonstra o Gráfico 01 os quais correspondem a 51,13% da população. Apresenta uma densidade demográfica de 18,45 habitantes por km<sup>2</sup>.

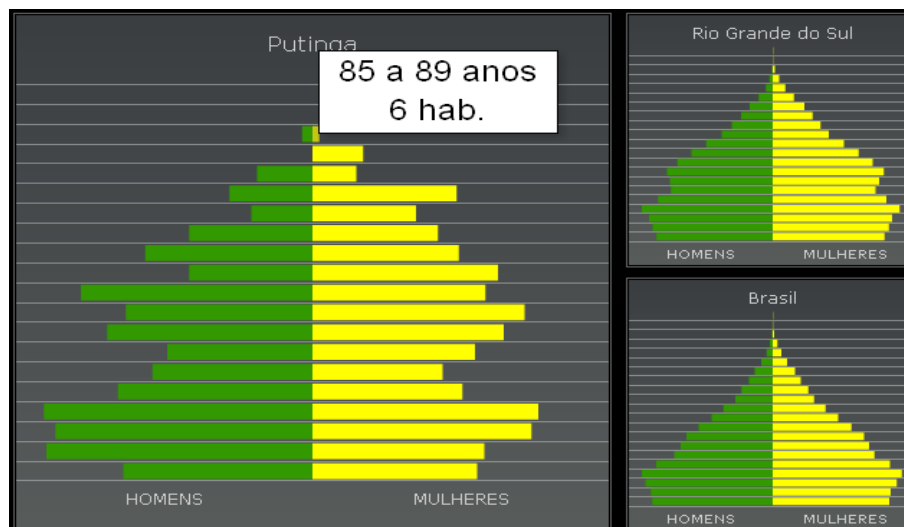


Gráfico 01 - Pirâmide Etária

FONTE: IBGE 2007

A taxa de crescimento vem diminuindo ao longo dos anos, comprovado através dos dados do censo, conforme o Gráfico 02, ao contrário do que vem acontecendo no RS e no Brasil – BR onde a população esta em ascendência. Esta redução na taxa de crescimento demográfico serve de alerta para se pensar por qual motivo os cidadãos estão deixando o município e planejar ações para atrairmos mais habitantes, indústrias, enfim, o progresso e o desenvolvimento da nossa região.

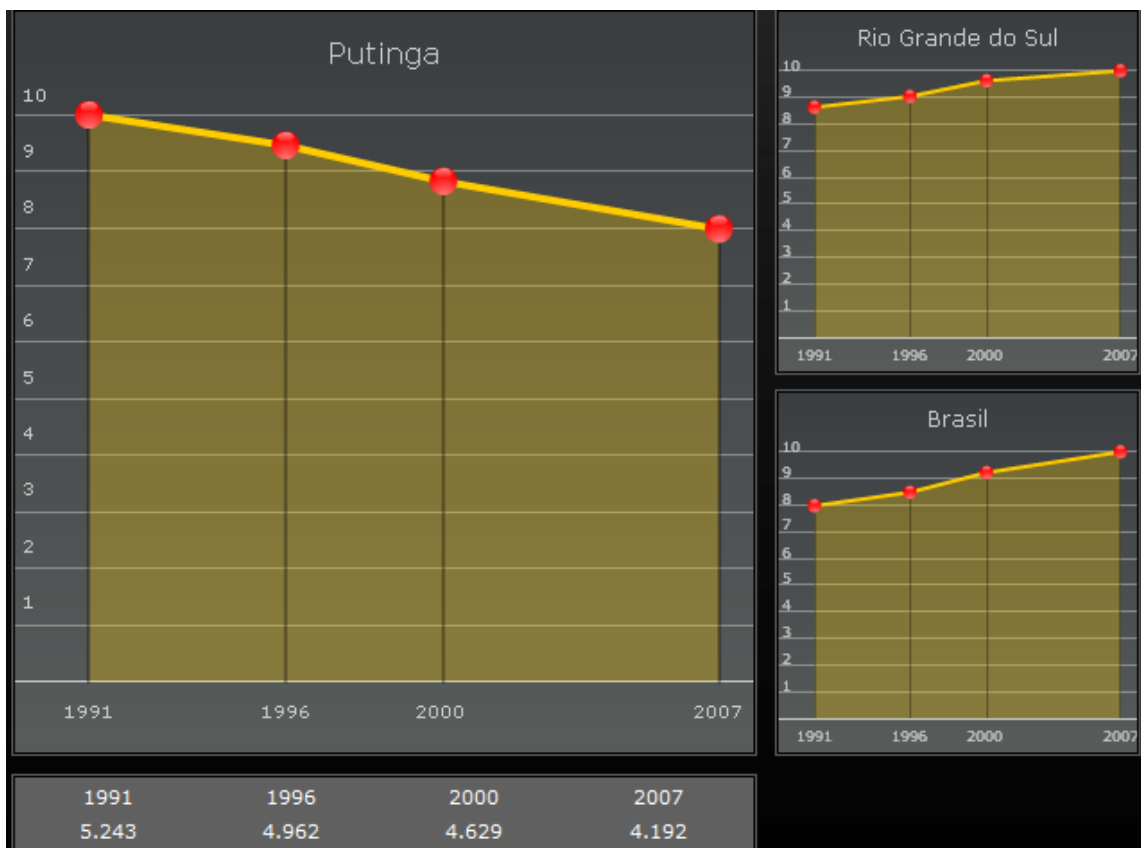


Gráfico 02 - Evolução Populacional

FONTE: IBGE, 2007

Os setores de atividade como fomicultura, suinocultura, avicultura e criação de gado leiteiro apresentam grande representatividade no aspecto econômico do município, mas o setor que mais emprega é o de serviços, incluindo a administração pública municipal, atividades autônomas, a indústria, o comércio e a agricultura

família, de acordo com o Gráfico 03. O PIB per capita do município é de R\$ 13.531 reais e a Incidência da Pobreza girava em torno de 15,16% da sua população conforme dados Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE/2003.

O município possui um grande potencial para área de lazer e turismo, que pode ser explorada propiciando aumento da arrecadação.



Gráfico 03 – Produto Interno Bruto

Fonte: IBGE, 2003

O município de Putinga dispõe de energia elétrica para quase todos os municípios, mas infelizmente uma pequena parcela ainda não dispõe deste recurso. A energia é distribuída no território por meio de concessionárias Pública Municipal que compra energia de alta tensão e revende em baixa tensão, e duas concessionárias privadas (Cerfox e Certel).

O município possui um departamento próprio chamado Departamento Municipal de Energia Elétrica de Putinga – DEMEEP - responsável pela distribuição da energia e manutenção da rede. De acordo com a concessionária estão ligadas a rede 1352 consumidores que incluem moradias, clubes, capelas, indústrias e poços artesianos.

Conforme dados do SIAB (Sistema de informação da atenção básica)/2008 99,05% dos moradores possuem energia elétrica o sistema de transporte coletivo do município é precário e vem sendo realizado por empresa privada. A cobertura do serviço de transporte coletivo não abrange todo território e deixa a desejar em vários aspectos; entre eles as disponibilidades de horários, e principalmente em relação ao valor cobrado do cidadão.

Percebemos que a estrutura de telecomunicações não atende as necessidades da população, sendo que com o advento da tecnologia digital, a população sequer consegue fazer uso de celulares de maneira adequada, pois a geografia do município dificulta e encarece os serviços uma vez que para seu pleno funcionamento exige a instalação de diversas antenas.

Dispomos ainda de 01 agência de Correio. Existe uma rádio local recentemente inaugurada. O município conta ainda com uma estação repetidora de sinais de TV que permite a transmissão da programação Nacional e Estadual.

De acordo com dados do trabalho que realizamos juntamente com as Equipes de Estratégia de Saúde da Família (dez/08), os quais demonstram 100% de cobertura da população, ou seja, toda a população do município de Putinga está cadastrada e recebendo atendimento pelo Programa Estratégias de Saúde da Família, percebemos que em relação a habitação, muito ainda tem que ser feito, ainda não há um Programa Habitacional no município e muitas famílias não

possuem casa própria, pelos dados coletados estima-se que 51% das casas são de madeira, 34,7% das residências de tijolo/adobe e 14,06% de outras matérias.

O município de Putinga é atendido por sistema público de abastecimento de água captada através de reservatórios subterrâneos, sistemas de poços artesianos e dos aquíferos superficiais. Em relação ao abastecimento de água 55,34% das residências utilizam poço ou nascente para obter água, 43,92% está ligado a rede pública de abastecimento e 0,73% utilizam outros meios para obter água. Quanto ao destino dos resíduos sólidos 0,73% estão conectados à rede de esgoto, 79,94% tem fossa séptica e 19,33% tem os seus resíduos despejados a céu aberto (SIAB/2007).

Os municípios que apresentaram perda populacional, como também aqueles que crescem acima de 3,0% ao ano, são os que possuem menor acesso à rede geral de abastecimento de água. Essa característica ocorre, também, em relação ao acesso à rede de esgotamento sanitário. Tais municípios, que no primeiro caso são os mais pobres, e no segundo caso, predominam em áreas de expansão demográfica recente, são aqueles com os maiores déficits de infra-estrutura sanitária (IBGE, 2007).

No que diz respeito à coleta de lixo 41,8% é através de coleta pública, 51,4% queima/enterra o lixo e 6,7% o destino é a céu aberto. Na cidade o município realiza coleta seletiva de lixo, mas ainda há carência em relação a uma cooperativa de triagem (SIAB/2007).

Salienta-se que, o perfil acima descrito denota que o destino dos dejetos, quer coletado pela rede pública ou carreado para fossa, não apresentam qualquer tipo de tratamento, representando uma potencial fonte de contaminação para os mananciais que abastecem a cidade.

Em relação à educação constatamos que o município oferece a população: 01 creche, 17 Escolas de Ensino Fundamental, 03 Escolas de Ensino Pré-escolar e 01 Escola de Ensino Médio a qual também oferece Educação de Jovens e Adultos (EJA). Segundo informações do Uni Registros (<http://www.uniregistros.com.br>) um dos indicadores que permite identificar o nível educacional de uma população consiste na taxa de alfabetização/analfabetismo, que no município era de 10,68% da população no ano 2000.

A taxa de escolarização, de pessoas que freqüentam a escola, são expressivas, porém o contingente de crianças fora da escola ainda é elevado. A cobertura do sistema educacional do País vem se expandindo e retendo os jovens por mais tempo na escola. Além disso, o conhecimento da situação das pessoas que freqüentam creche ou escola em função do tipo de estabelecimento, também, auxilia na implementação de políticas públicas eficazes voltadas para a melhoria dos níveis educacionais da população do município.

De acordo com o IBGE é no conjunto de municípios com declínio populacional que se encontra a mais elevada taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, muito superior às taxas dos demais estratos municipais. E é nele que se observou, também, a menor média de anos de estudo, correspondendo à metade do equivalente ao ensino fundamental. Estes resultados mostraram, em alguma medida, o frágil sistema educacional do conjunto de municípios que não retêm nem tão pouco atraem população.



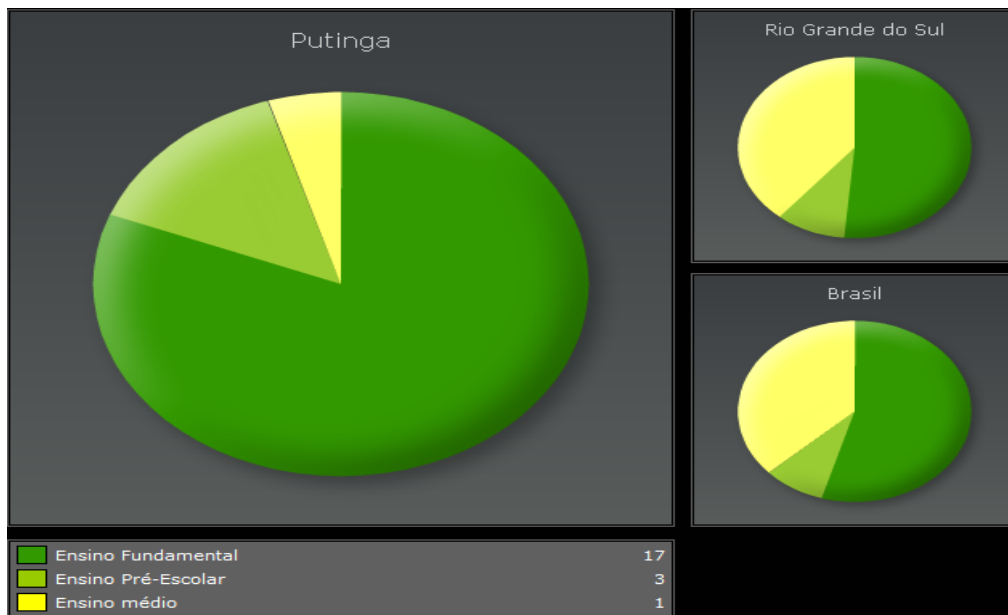


Gráfico 04 - Número de escola por série

Fonte: IBGE, 2008

Em relação à cultura e lazer percebemos que o município possui muitas carências e acreditamos que devem ser aumentadas pelo poder público as ações para propiciar mais cultura e lazer à comunidade, podendo ser iniciados trabalhos como à modernização da Biblioteca Publica Municipal e das demais existentes na rede escolar, ações estas que são fundamentais para educação inclusiva.

Os sujeitos entrevistados foram denominados como profissionais da Educação (professores) que contribuíram no conhecimento com propostas para o universo e o objeto de estudo pesquisados. Como critérios de escolha, foram selecionados profissionais da rede regular de ensino que possuem alunos com deficiência em sala de aula.

O convite para os professores participarem da pesquisa foi realizado pessoalmente nas escolas de ensino regular do município e foi entregue o questionário da pesquisa composto por seis questões relacionadas ao tema, àqueles demonstraram interesse em participar da pesquisa. A aplicação dos instrumentos ocorreu no mês de junho e julho de 2010.

Os sujeitos dessa pesquisa foram identificados por nomes de flores: Tulipa, Bromélia, Rosa, Jasmim, e Orquídea. Vale destacar que os profissionais são todos do sexo feminino, com idades entre 20 e 50 anos e com nível superior.

A partir da coleta de dados, buscou-se analisar e interpretar as informações. O procedimento metodológico utilizado na interpretação dos depoimentos baseou-se na análise de conteúdo, que, segundo Bardin (1977, p.42), é:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Essa técnica teve origem nos Estados Unidos no início do século XX. Seus primeiros experimentos estavam voltados para a comunicação de massa. “Até os anos 1950 predominava o aspecto quantitativo da técnica que se traduzia, em geral, pela contagem da frequência da aparição de características nos conteúdos das mensagens veiculadas” (GOMES, 2001, p.74). Atualmente, é compreendida como um conjunto de instrumentos metodológicos, e assegura a objetividade, a sistematização e a influência aplicadas aos diversos discursos.

“Estudar e analisar o material qualitativo, buscando-se melhor compreensão de uma comunicação ou discurso, de aprofundar suas características gramaticais às ideológicas e outras, além de extrair aspectos mais relevantes.” (BARROS & LEHFELD, 2000, p.70).

A pesquisa revela que os profissionais encontram-se diretamente ligados à educação e qualificaram-se profissionalmente nas áreas que possibilitam um maior conhecimento e envolvimento com o trabalho. Trata-se de uma grande experiência profissional, proporcional ao tempo de vida, agregando valores como a dedicação, o interesse e a realização pessoal e profissional.

Analisamos que para os professores da rede regular de ensino do município de Putinga não há inclusão dos alunos com deficiência e apesar de desconhecerem

as atribuições do assistente social na educação, devido ao fato de não haver concretamente esse profissional atuando nessa política, relatam unanimemente que consideram importante a atuação do mesmo nessa área para auxiliar na efetiva educação inclusiva, principalmente por acreditar em sua importante implementação, bem como o aprimoramento e a qualidade no trabalho desenvolvido. As falas a seguir confirmam essa afirmação:

É muito importante assistente social contribuir na área da educação, estimulando os aspectos físicos, afetivo, emocionais, sociais, valorização da criança, apoio à família, que é muito importante para essas pessoas com deficiência. (Tulipa)

Eu vejo muito positivo o trabalho da Assistente Social porque sem essa ajuda, não estamos conseguindo resolver alguns casos. Acho que o profissional do Serviço Social tende a valorizar o trabalho de uma maneira geral. (Bromélia)

O assistente social entrando em contato com a família da pessoa com deficiência pode realizar encaminhamentos, agendar médicos, fonoaudióloga, psicóloga, fisioterapeuta de acordo com a necessidade cada um. (Rosa).

Todo trabalho realizado em grupo onde agregam vários profissionais o resultado é maior e mais fácil o assistente social poderá fazer um trabalho com as famílias das pessoas com deficiência, através de visitas, passando informações sobre seus direitos, incentivando-os a ir em busca de novas alternativas de vida. (Jasmim)

Percebemos que os professores consideram relevante a formação da equipe interdisciplinar no trabalho da educação, bem como, ainda se sentem despreparados para atuar com alunos incluídos. Conforme a seguinte fala:

A presença do assistente social e da psicóloga no projeto conviver bem de pessoas com deficiência na escola é muito bom, pois nos angustiamos diante de uma criança incluída com deficiências ou necessidades. Eu acho que num primeiro momento nem o professor sabia muito bem tratar essa questão, deveria ser ampliado o atendimento para todas as escolas. (Orquídea).

Diante de todas essas comunicações apresentadas pelos sujeitos da pesquisa evidencia-se em suas falas que há possibilidades de educação inclusiva, pois todos unanimemente concordam que é importante a inclusão da pessoa com

deficiência na rede regular de ensino do município de Putinga, não apenas como cumprimento da lei, mas como forma de contribuir para efetiva cidadania das pessoas com deficiência.

Também, referem que o assistente social tem uma importante tarefa da construção de um trabalho de qualidade, inovador, com perspectivas transformadoras da realidade apresentada. E para isso ocorrer é necessário que o assistente social compreenda as inúmeras expressões da questão social.

“O Serviço Social tem como tarefa decifrar as formas e expressões da questão social na contemporaneidade e atribuir transparência às iniciativas voltadas à sua reversão ou enfrentamento imediato”. Dessa forma, é indispensável decifrar as novas mediações, por meio das quais se expressa a questão social hoje, ou seja, é importante que se possam apreender as várias expressões que assumem na atualidade as desigualdades sociais e projetar formas de resistência e de defesa da vida (IAMAMOTO, 2004, p.268).

Para a efetiva educação inclusiva há grande caminho a percorrer, mas através do trabalho coletivo com os demais profissionais que integram a educação é possível sim incluir as pessoas com deficiência, que infelizmente estão excluídas da rede regular de ensino.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

“ Inclusão não quer absolutamente dizer que somos todos iguais. Inclusão celebra, sim, nossa diversidade e diferenças com respeito e gratidão. Quanto maior a nossa diversidade, mais rica a nossa capacidade de criar novas formas de ver o mundo. Inclusão é um antídoto do racismo e o sexismo, pois acolhe essas diferenças e as celebra como capacidades mais do que como deficiências. Inclusão é uma farsa quando se refere apenas a brancos brilhantes e classe média”. Inclusão significa todos juntos dando apoio e suporte uns aos outros”.

(Mantoan, 1997, pg. 138)

O presente estudo sobre as possíveis intervenções do Serviço Social na Educação inclusiva no município de Putinga como anteriormente mencionado não tem a pretensão de apresentar uma conclusão definitiva, mas sim, apresentar proposições para estudos futuros.

A investigação realizada nos proporcionou reflexões acerca das possibilidades de intervenção dos assistentes sociais no campo da educação inclusiva, possibilitando refletir a importância da formação continuada dos profissionais, bem como o imprescindível trabalho interdisciplinar na educação.

[...] Mas também um profissional versado no instrumental técnico-operativo, capaz de realizar as ações profissionais, aos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ação direta, estimuladoras da participação dos usuários na formulação, gestão e avaliação de programas e serviços sociais de qualidade [...] (IAMAMOTO, 1997, p.144).

Ao decorrer da pesquisa, houve a percepção de que não há educação inclusiva na prática devidos aos diversos problemas relacionados a desigualdades sociais e preconceitos que vivenciam as pessoas com deficiência no município de

Putinga. Acreditamos que não existe um modelo de intervenção profissional, que intervenha de forma que resolva todos os problemas sociais que a educação vive hoje.

Segundo Yamamoto (1997, p. 151),

“a prática profissional não tem o poder miraculoso de revelar-se a si mesma. Ela adquire inteligibilidade e sentido na história da sociedade da qual é parte e expressão. Assim, desvendar a prática profissional cotidiana supõe inseri-la no quadro das relações sociais fundamentais da sociedade, ou seja, entendê-la no jogo tenso das relações entre as classes sociais, suas frações e das relações destas com o Estado brasileiro.”

Percebemos na pesquisa que todos profissionais que atuam nas escolas da rede regular de ensino do município de Putinga, valorizam o trabalho do assistente social e relatam da importância de existir no município um profissional atuando nas escolas e em todo o contexto que essa apresenta, sendo esse dado, de extrema relevância, pois quando melhor compreendido pela equipe escolar o papel do profissional assistente social, melhores serão os resultados da equipe e em contrapartida o profissional assistente social deve compreender todo o contexto escolar, as relações de força existentes na instituição e atuar na busca pela interação grupal, com foco na mediação dos diretos e a busca pela cidadania.

Neste sentido o autor Faleiros (2000) nos coloca sobre o desafio de enfrentar teoricamente a questão da prática institucional que é tão complexo quanto à própria atuação, pois essa implica conflitos e confrontos de poderes e saberes.

Nesta linha de raciocínio, Freire (1993) afirma que o trabalhador social, como homem, tem de fazer sua opção. “Ou adere à mudança que ocorre no sentido de verdadeira humanização do homem, de seu ser mais, ou fica a favor da permanência”.

Foi referenciado na pesquisa sobre a importância do profissional desenvolver um trabalho voltado para as famílias, coletando dados e informações da realidade

dos alunos com deficiência para subsidiar ações dos professores e da direção das escolas. Devido à realidade apresentada no município, apenas uma assistente social, para atuar em todas as políticas sociais, não existe a atuação direta do profissional nas escolas, existem intervenções isoladas, o trabalho está em construção e este espaço tem plenas condições de ser conquistado pelo profissional assistente social que tem uma importante tarefa na mediação dos direitos neste espaço de intervenção.

Isto requer “um profissional culto e atento às possibilidades descortinadas pelo mundo contemporâneo, capaz de formular, avaliar e recriar propostas ao nível das políticas sociais e da organização das forças da sociedade civil. Um profissional informado, crítico e propositivo, que aposte no protagonismo dos sujeitos sociais”. [...] (IAMAMOTO, 1997, p.144).

Nesse sentido, refletimos sobre as possibilidades de intervenção para o assistente social na educação inclusiva e analisamos que as intervenções deve extrapolar o ambiente escolar, e auxiliar nos atuais problemas que as escolas da rede regular de ensino enfrentam, tais como, evasão escolar, violência, a ausência dos pais no acompanhamento dos estudos dos filhos, a inadequação da escola face à realidade dos alunos com deficiência (falta acessibilidade) e conseqüentemente igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, bem como sua participação na definição das propostas educacionais, segundo o art. 53 do Estatuto da Criança e Adolescente (Lei 8.069/90), a repetência, a freqüência irregular e a evasão escolar, associadas ao baixo rendimento do aluno, os fatores socioeconômicos das famílias, fatores de subnutrição, dentre outros.

Para o autor Ribas (2007, p. 19),

“É interessante notar como a deficiência jamais foi um tema de pesquisa relevante no Brasil. Isso tem feito com que muitos daqueles que escrevem sobre o assunto desconheçam os documentos nacionais e internacionais importantes que já foram publicados e ainda usem noções relativamente vagas, impressionistas e superficiais. Isso tem gerado uma multiplicidade de publicações desconexas, que muitas vezes mais *obnubilam* a visão que as pessoas têm da deficiência, do que clareiam.”

A educação inclusiva no Brasil teve muitos avanços, mas não tem alcançado um padrão de qualidade necessário, pois o acesso à escola como concluído nessa pesquisa não implica a permanência do aluno e tampouco a qualidade de ensino.

Para Bragança, S.:

“O Brasil comparado com outros países da América latina, destaca-se não só por ter uma política educacional que prevê a inclusão de todos os alunos, como também por reconhecer a Língua de sinais como meio legal de comunicação e expressão. Contudo, ainda estamos longe do ideal e devemos investir mais na formação de professores para ensino de Libras e da Língua Portuguesa para surdos na totalidade do território nacional.” (BRAGANÇA, 2009, p. 28).

Embora existam avanços na educação inclusiva, é necessário que as escolas avancem no sentido de terem recursos humanos e financeiros adequados para inclusão, no qual o aluno com deficiência possa desenvolver tarefas comuns aos demais alunos.

Com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394), aprovada em 20 de dezembro de 1996, fica claro o papel do Poder Público com a educação. Assim, vê-se no art. 22 dessa Lei que a educação básica, da qual o Ensino Fundamental é parte integrante, deve assegurar a todos “a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

Dado este que nos faz refletir sobre a importância de propomos uma prática educativa adequada à realidade das pessoas com deficiência, e com vistas a suprir às necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da realidade apresentada, que leve em consideração as motivações e as limitações dos alunos e garanta as aprendizagens essenciais para a formação de cidadãos críticos e participativos, capazes de atuar com competência e dignidade na sociedade em que vivem. É de extrema importância que o assistente social realize pesquisa social, e que conheça a



origem social da deficiência e suas implicações e conseqüências para auxiliar na criação de políticas públicas realmente eficazes.

[...] “Profissional que também seja um pesquisador, que invista em sua formação intelectual e cultural e no acompanhamento histórico-conjuntural dos processos sociais para deles extrair potenciais propostas de trabalho – ali presentes como possibilidades – transformadas em alternativas profissionais”. (IAMAMOTO, 1997, p.145).

Apesar da realidade do município pesquisado, não apresentar dados tão gritantes em relação à educação inclusiva, como em algumas regiões do País, é possível constatar claramente por meio dessa investigação que estes sofrem os impactos dessa política imposta pelo atual modelo capitalista e o direcionamento das políticas sociais, especialmente a educação, vem adquirindo um caráter compensatório. Um dos grandes desafios é o de como garantir investimentos do Estado em um quadro marcado por severa redução do gasto público destinado aos programas sociais e repensar os programas educativos a partir das novas referências legais de inclusão.

Depois de realizadas as devidas reflexões sobre as possíveis contribuições do serviço social na educação inclusiva reforçamos sobre a importância da formação continuada do assistente social, através de participação em fóruns, cursos de qualificação, e especialização, sendo esses, espaços importantes de formação continuada, a partir da participação e do diálogo entre os saberes e as práticas construídas na cotidianidade do exercício profissional, bem como, sobre a capacidade do mesmo em realizar ações em equipe, com foco em ações disciplinares que visam a mediação dos direitos dos excluídos socialmente. Pois diante disso, pode-se visualizar o início de novas conquistas, novas oportunidades e novas lutas em favor dos excluídos.

Finalizando busco as palavras de Soraya Bragança, por acreditar de fato que:

“Uma sociedade só será inclusiva qualquer cidadão for respeitado e valorizado por sua pessoa e não por seu físico ou condição social. No entanto, para podermos realmente caminhar nessa direção, devemos primeiro combater os tabus e os preconceitos mais escondidos.” (Bragança, 2009, p. 22).

Por fim, concluímos que há possibilidades de intervenção para o trabalho do assistente social no processo de inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino e que a educação inclusiva é possível, não apenas como um direito, mas como uma das chaves do século XXI, é condição para a participação plena na sociedade.

## REFERÊNCIAS

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS. *NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração*. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. *NBR 10520: apresentação de citações em documentos: apresentação*. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. *NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação*. Rio de Janeiro, 2005.

ALESSANDRINI, M. A inserção do assistente social na política educacional e na gestão da escola pública. *Debates Sociais*. São Paulo, ano 36, n.59, p.61, 2001.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. O Serviço Social na educação. In: *Revista Inscrita*, n. 6. Brasília, 2000.

\_\_\_\_\_. *Artigo: As diferentes questões sociais que atravessam o sistema de ensino e as possibilidades de intervenção do serviço social*. 2007

AMARO, Sarita Teresinha Alves. *Serviço Social na escola: o encontro da realidade com a educação*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997.

ASSISTENTE SOCIAL. Desenvolvido pelo Portal do Serviço Social. Disponível em: <<http://www.assistentesocial.com.br>>. Acesso em: 05 jul. 2010.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETOS. Desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Barretos. Disponível em: <<http://www.barretos.sp.gov.br>>. Acesso em: 28 jul. 2010.

BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A.S. *Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BIANCHI, A.; BRAGA, R. *Capitalismo patrimonial nos trópicos? Terceira Via e governo Lula*. Universidade e Sociedade: revista do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, Brasília, n. 31, p. 205-216, ou. 2003.

BRAGANÇA, Soraya; PARKER, Marcelo. *Igualdade nas diferenças: os significados do "ser diferente" e suas repercussões na sociedade*. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, UERGS, 2009.

BRASIL. Lei n. 8.069/90. Estatuto da Criança e do Adolescente. Porto Alegre: CRESS, 2000.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27834-27841.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência – Acessibilidade – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008

CAMARA DOS DEPUTADOS. Desenvolvido pelo Portal da Câmara. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em: 14 jul. 2010.

CAMPANHA DA FRATERNIDADE. *Levanta-te e vem para o meio*, texto base-CNBB, São Paulo: Editora Salesiana, 2005.

CFESS. *Serviço Social na Educação*. Grupo de estudos sobre o Serviço Social na Educação. Brasília: CFESS, 2001.

CFESS. Desenvolvido pelo Conselho Federal de Serviço Social. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br>>. Acesso em: 13 jul. 2010.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 1995.

CRESS. Desenvolvido pelo Conselho Regional de Serviço Social. Disponível em: <<http://www.cressrs.org.br>>. Acesso em: 20 jul. 2010.

DELOU, C.M.C. et al. *Fundamentos teóricos e metodológicos da inclusão*. Curitiba: IESD Brasil S.A., 2008.

DEMO, P. *Educação e qualidade*. 2.ed. Campinas: Papyrus, 1995.

\_\_\_\_\_. *Educação pelo avesso: assistência como direito e como problema*. São Paulo: Cortez, 2000 a

\_\_\_\_\_. *Ironias da educação: mudanças e contos sobre mudança*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000b

\_\_\_\_\_. *Pesquisa: princípio científico e educativo*. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2000c.

\_\_\_\_\_. *Política social do conhecimento: sobre futuros do combate à pobreza*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000d.

\_\_\_\_\_. *A nova LDB: ranços e avanços*. 12.ed. Campinas/SP: Papyrus, 2001.

DUSCHATZKY, Sílvia; SKLIAR, Carlos. Os nomes dos outros: reflexões sobre os usos escolares da diversidade. *Educação e Realidade*. Porto Alegre. v.25 n.2 jul./dez. 2000.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, M. F. C. M. Avaliação de políticas sociais e cidadania: pela ultrapassagem do modelo funcionalista clássico. In: SILVA, M. O. DAS. (Org.). *Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática*. São Paulo: Veras, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

IBGE. Desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. 2010.

MARGAREZI, Andreia Letícia. 2010.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. et al. *A integração das pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Memnon/SENAC, 1997. 235 p.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. O Serviço Social na área da Educação. In: *Revista Serviço Social & Realidade*. v. 8, n. 1. Franca, SP: UNESP, 1999.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O Serviço Social na transição para o próximo milênio: desafios e perspectivas. In: *Serviço Social & Sociedade*, n. 57. São Paulo: Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo: Veras, 1999.

\_\_\_\_\_. O Serviço Social na transição para o próximo milênio: desafios e perspectivas. In: *Serviço Social e Sociedade*, n.57. São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, K. *Para a crítica da economia política, salário, preço e lucro; o rendimento suas fontes: economia vulgar*. Tradução de E. Malagodi. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os Economistas).

MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 17.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

PÁDUA, E.M.M. *Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática*. 2.ed. São Paulo: Papirus, 1997.

RIBAS, João. *Preconceito contra as pessoas com deficiência: as relações que travamos com o mundo*. São Paulo, Cortez, 2007.

SANTOS, André Michel dos. As contribuições do Serviço Social para a realidade escolar do Brasil. *Meu Artigo: Brasil Escola*. Disponível em: <<http://www.meuartigo.brasilecola.com/educacao/as-contribuicoes-servico-social-para-realidade-escolar-.htm>>. Acesso em: 29 ago. 2010.

SASAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro, 1997. 176 p.

UNIREGISTROS. Desenvolvido pela Uni Registros. Disponível em: <<http://www.uniregistros.com.br>>. Acesso em: 10 jul. 2010.

YASBEK, M. C. et al. O serviço social brasileiro em movimento: fortalecendo a profissão na defesa de direitos. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 29, n.95, p.5-32, set. 2008.

### **APÊNDICE: Instrumental utilizado na pesquisa**

- 1) Atualmente há uma acirrada discussão na sociedade sobre a inclusão da pessoa com deficiência na escola de ensino regular. Qual é a sua visão como professor (a) sobre essa discussão?
  
- 2) De que forma você realiza esse processo de aquisição do conhecimento no aluno com deficiência? Este processo é diferente do realizado nos demais alunos? Qual a diferença?
  
- 3) Você concorda que o aluno com deficiência em contato com os alunos considerados "normais", tem mais oportunidades de adquirir conhecimentos e desenvolver-se cognitivamente? Por quê?
  
- 4) Você se considera um professor preparado para lidar com esse aluno? Como deveria ser a formação do professor diante desta nova perspectiva, em sua opinião?
  
- 5) Sendo a inclusão um assunto que deve ser refletido e investigado com muita precisão, achas que há excluídos dentro da inclusão?
  
- 6) Achas que o assistente social pode contribuir na área da educação inclusiva?

## ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - SER

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

#### Esclarecimentos

Este é um convite para você participar da pesquisa “**Educação inclusiva e as possibilidades de intervenção para o assistente social, tendo como, referência dessa pesquisa o município de Putinga**”, que é coordenada pela professora orientadora **Dra. JUSSARA MARIA ROSA MENDES** e segue as recomendações da resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares.

Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade.

Essa pesquisa procura “realizar uma análise e reflexão crítica sobre a importância do Serviço Social na garantia do direito à inclusão na educação, uma vez que a pesquisa é sobre a realidade da inclusão das pessoas com deficiência na rede regular de ensino.”

Para garantir a ética nesta pesquisa, serão tomadas as seguintes providências: Garantir que sua privacidade seja mantida;confidencialidade dos dados; cautela na elaboração do roteiro do questionário e na forma como as perguntas foram dispostas.



Você ficará com uma cópia deste Termo e toda a dúvida que você tiver a respeito desta pesquisa, poderá perguntar diretamente a Andreia Letícia Margarezi pelo telefone (51) 93656162 ou a Jussara Maria Rosa Mendes pelo e-mail: [orientadorss31@cead.unb.br](mailto:orientadorss31@cead.unb.br)

Andreia Letícia Margarezi

Pesquisadora

Email: [andreiamargarezi@hotmail.com](mailto:andreiamargarezi@hotmail.com)

Jussara Maria Rosa Mendes

Orientadora -

Email: [orientadorss31@cead.unb.br](mailto:orientadorss31@cead.unb.br)

#### Consentimento Livre e Esclarecido



Declaro que compreendi os objetivos da pesquisa sobre “o trabalho do Assistente Social na educação, como ela será realizada, os riscos e benefícios envolvidos e concordo em participar voluntariamente desta.

---

Nome

Putinga, 21 de junho de 2010.

## **ANEXO B - Avaliação dos Questionários do BPC na Escola**

### **AVALIAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS DO BPC NA ESCOLA**

NÚMERO DE ENTREVISTADOS: 05 pessoas com deficiência, que recebem o Benefício de Prestação Continuada no município de Putinga:

- 03 estão matriculados e freqüentando a escola
- 02 não freqüentam a escola

SEXO DOS ENTREVISTADOS:

- Masculino: 02
- Feminino: 03

IDADES DOS ENTREVISTADOS: a idade varia entre 03 anos a 19 anos.

TIPO DE DEFICIÊNCIAS: as deficiências encontradas nos entrevistados foram: Cegueira, Deficiência Física e Síndrome de Down.

ACESSO A ESCOLA: Dos beneficiários 04 frequentam a escola: pré-escola, Projeto Conviver e Ensino Médio.

Todos os beneficiários precisam de acompanhamento dos profissionais da saúde.

As casas dos beneficiados são casas próprias.

## ANEXO C – Legislações

### Legislação Brasileira

#### Constituição Federal – República Federativa do Brasil 1988

##### Capítulo III

##### Da Educação, da Cultura e do Desporto

Art. 208. III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino

### Lei de Diretrizes e Bases

Lei no. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.  
Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

##### Capítulo V

##### Da Educação Especial

Art. 58. Entende-se por educação especial, para efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidade especiais.

§1. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela da educação especial.

§2<sup>a</sup>. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

§3<sup>a</sup>. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art.59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

- I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

- II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
- V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art.60 –Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializados e com atuação exclusiva em educação especial para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo único. O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação de atendimento dos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente de apoio das instituições previstas neste artigo.

## **Documentos internacionais**

### A Declaração de Salamanca

## **Sobre princípios, política e prática em educação especial**

Reconvocando as várias declarações das Nações Unidas que culminaram no documento das Nações Unidas “Regras Padrões sobre Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiências”, o qual demanda que os Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante do sistema educacional.

Notando com satisfação um incremento no envolvimento de governos, grupos de advocacia, comunidades e pais, e em particular de organizações de pessoas com deficiências, na busca pela melhoria do acesso à educação para a maioria daqueles cujas necessidades especiais ainda se encontram desprovidas; e reconhecendo como evidência para tal envolvimento a participação ativa do alto nível de representantes e de vários governos, agências especializadas, e organizações inter- governamentais naquela Conferência Mundial.

1. Nós, os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembléia aqui em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e reendossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados.

## 2. Acreditamos e Proclamamos que:

- . • toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,
- . • toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,
- . • sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
- . • aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
- . • escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

## 3. Nós congregamos todos os governos e demandamos que eles:

- . • atribuam a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais.
- . • adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma.
- . • desenvolvam projetos de demonstração e encorajem intercâmbios em países que possuam experiências de escolarização inclusiva.
- . • estabeleçam mecanismos participatórios e descentralizados para planejamento, revisão e avaliação de provisão educacional para crianças e adultos com necessidades educacionais especiais.

- .
  - encorajem e facilitem a participação de pais, comunidades e organizações de pessoas portadoras de deficiências nos processos de planejamento e tomada de decisão concernentes à provisão de serviços para necessidades educacionais especiais.
- .
  - invistam maiores esforços em estratégias de identificação e intervenção precoces, bem como nos aspectos vocacionais da educação inclusiva.
- .
  - garantam que, no contexto de uma mudança sistêmica, programas de treinamento de professores, tanto em serviço como durante a formação, incluam a provisão de educação especial dentro das escolas inclusivas.

### **Fatores relativos à escola**

1. 24. o desenvolvimento de escolas inclusivas que ofereçam serviços a uma grande variedade de alunos em ambas as áreas rurais e urbanas requer a articulação de uma política clara e forte de inclusão junto com provisão financeira adequada - um esforço eficaz de informação pública para combater o preconceito e criar atitudes informadas e positivas - um programa extensivo de orientação e treinamento profissional - e a provisão de serviços de apoio necessários. Mudanças em todos os seguintes aspectos da escolarização, assim como em muitos outros, são necessárias para a contribuição de escolas inclusivas bem sucedidas: currículo, prédios, organização escolar, pedagogia, avaliação, pessoal, filosofia da escola e atividades extra-curriculares.
2. 31. Tecnologia apropriada e viável deveria ser usada quando necessário para aprimorar a taxa de sucesso no currículo da escola e para ajudar na comunicação, mobilidade e aprendizagem. Auxílios técnicos podem ser oferecidos de modo mais econômico e efetivo se eles forem providos a partir de uma associação central em cada localidade, aonde haja know-how que possibilite a conjugação de necessidades individuais e assegure a manutenção.
3. 32. Capacitação deveria ser originada e pesquisa deveria ser levada a cabo em níveis nacional e regional no sentido de desenvolver sistemas tecnológicos de apoio apropriados à educação especial. Estados que tenham ratificado o Acordo de Florença deveriam ser encorajados a usar tal instrumento no sentido de facilitar a livre circulação de materiais e equipamentos às necessidades das pessoas com deficiências. Da mesma forma, Estados que ainda não tenham aderido ao Acordo ficam convidados a assim fazê-lo para que se facilite a livre circulação de serviços e bens de natureza educacional e cultural.

### **Declaração da Guatemala**

Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência - 1999

OS ESTADOS PARTES NESTA CONVENÇÃO,

REAFIRMANDO que as pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes

direitos, inclusive o direito de não ser submetidas a discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano;

CONSIDERANDO que a Carta da Organização dos Estados Americanos, em seu artigo 3, j, estabelece como princípio que “a justiça e a segurança sociais são bases de uma paz duradoura”;

PREOCUPADOS com a discriminação de que são objeto as pessoas em razão de suas deficiências;

TENDO PRESENTE o Convênio sobre a Readaptação Profissional e o Emprego de Pessoas Inválidas da Organização Internacional do Trabalho (Convênio 159); a Declaração dos Direitos do Retardado Mental (AG.26/2856, de 20 de dezembro de 1971); a Declaração das Nações Unidas dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência (Resolução N° 3447, de 9 de dezembro de 1975); o Programa de Ação Mundial para as Pessoas Portadoras de Deficiência, aprovado pela Assembléia Geral das Nações Unidas (Resolução 37/52, de 3 de dezembro de 1982); o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, “Protocolo de San Salvador” (1988); os Princípios para a Proteção dos Doentes Mentais e para a Melhoria do Atendimento de Saúde Mental (AG.46/119, de 17 de dezembro de 1991); a Declaração de Caracas da Organização Pan-Americana da Saúde; a resolução sobre a situação das pessoas portadoras de deficiência no Continente Americano [AG/RÉS. 1249 (XXIII-0/93)]; as Normas Uniformes sobre Igualdade de Oportunidades para as Pessoas Portadoras de Deficiência (AG.48/96, de 20 de dezembro de 1993); a Declaração de Manágua, de 20 de dezembro de 1993; a Declaração de Viena e Programa de Ação aprovados pela Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, das Nações Unidas (157/93); a resolução sobre a situação das pessoas portadoras de deficiência no Hemisfério Americano [AG/RÉS. 1356 (XXV-0/95)] e o Compromisso do Panamá com as Pessoas Portadoras de Deficiência no Continente Americano [AG/RÉS. 1369 (XXVI-0/96)]; e

COMPROMETIDOS a eliminar a discriminação, em todas suas formas e manifestações, contra as pessoas portadoras de deficiência,

CONVIERAM no seguinte:

## **ARTIGO I**

Para os efeitos desta Convenção, entende-se por:

### **1. Deficiência**

O termo “deficiência” significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social.

## 2. Discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência

a) O termo “discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência” significa toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais.

b) Não constitui discriminação a diferenciação ou preferência adotada pelo Estado Parte para promover a integração social ou o desenvolvimento pessoal dos portadores de deficiência, desde que a diferenciação ou preferência não limite em si mesma o direito à igualdade dessas pessoas e que elas não sejam obrigadas a aceitar tal diferenciação ou preferência. Nos casos em que a legislação interna preveja a declaração de interdição, quando for necessária e apropriada para o seu bem-estar, esta não constituirá discriminação.

### **ARTIGO II**

Esta Convenção tem por objetivo prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e propiciar a sua plena integração à sociedade.

### **ARTIGO III**

Para alcançar os objetivos desta Convenção, os Estados Partes comprometem-se a:

I. Tomar as medidas de caráter legislativo, social, educacional, trabalhista, ou de qualquer outra natureza, que sejam necessárias para eliminar a discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e proporcionar a sua plena integração à sociedade, entre as quais as medidas abaixo enumeradas, que não devem ser consideradas exclusivas:

- .
  - medidas das autoridades governamentais e/ou entidades privadas para eliminar progressivamente a discriminação e promover a integração na prestação ou fornecimento de bens, serviços, instalações, programas e atividades, tais como o emprego, o transporte, as comunicações, a habitação, o lazer, a educação, o esporte, o acesso à justiça e aos serviços policiais e as atividades políticas e de administração;

- .
  - medidas para que os edifícios, os veículos e as instalações que venham a ser construídos ou fabricados em seus respectivos territórios facilitem o transporte, a comunicação e o acesso das pessoas portadoras de deficiência;

- .
  - medidas para eliminar, na medida do possível, os obstáculos arquitetônicos, de transporte e comunicações que existam, com a finalidade de facilitar o acesso e uso por parte das pessoas portadoras de deficiência; e



.  
 • medidas para assegurar que as pessoas encarregadas de aplicar esta Convenção e a legislação interna sobre esta matéria estejam capacitadas a fazê-lo.

## 2. Trabalhar prioritariamente nas seguintes áreas:

- .  
 • prevenção de todas as formas de deficiência preveníveis;
- .  
 • detecção e intervenção precoce, tratamento, reabilitação, educação, formação ocupacional e prestação de serviços completos para garantir o melhor nível de independência e qualidade de vida para as pessoas portadoras de deficiência; e
- .  
 • sensibilização da população, por meio de campanhas de educação, destinadas a eliminar preconceitos, estereótipos e outras atitudes que atentam contra o direito das pessoas a serem iguais, permitindo desta forma o respeito e a convivência com as pessoas portadoras de deficiência.

## **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**

### Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem

Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos  
 satisfação das necessidades básicas de aprendizagem

Jomtien, Tailândia 5 a 9 de março de 1990 Satisfação das  
 Necessidades Básicas de Aprendizagem

## **Educação para todos: Objetivos**

### ARTIGO 1. Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem

Cada pessoa - criança, jovem ou adulto - deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem e a maneira de satisfazê-las variam segundo cada país e cada cultura, e, inevitavelmente, mudam com o decorrer do tempo.

A satisfação dessas necessidades confere aos membros de uma sociedade a possibilidade e, ao mesmo tempo, a responsabilidade de respeitar e desenvolver sua herança cultural, lingüística e espiritual, de promover a educação de outros, de

defender a causa da justiça social, de proteger o meio ambiente e de ser tolerante com os sistemas sociais, políticos e religiosos que difiram dos seus, assegurando respeito aos valores humanistas e aos direitos humanos comumente aceitos, bem como de trabalhar pela paz e pela solidariedade internacionais em um mundo interdependente.

Outro objetivo, não menos fundamental, do desenvolvimento da educação, é o enriquecimento dos valores culturais e morais comuns. É nesses valores que os indivíduos e a sociedade encontram sua identidade e sua dignidade.

A educação básica é mais do que uma finalidade em si mesma. Ela é a base para a aprendizagem e o desenvolvimento humano permanentes, sobre a qual os países podem construir, sistematicamente, níveis e tipos mais adiantados de educação e capacitação.

## ANEXO E

As instituições e entidades apresentadas a seguir têm abrangência nacional e podem contribuir com o processo de inclusão nas escolas; algumas coordenam uma rede de entidades associadas, em diversos Estados.

Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE

A CORDE é o órgão de Assessoria da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República responsável pela gestão de políticas voltadas para a integração da pessoa portadora de deficiência, tendo como eixo focal a defesa de direitos e a promoção da cidadania.

Ela tem a função de implementar essa política e para isso, orienta a sua atuação em dois sentidos: o primeiro é o exercício de sua atribuição normativa e reguladora das ações desta área no âmbito federal e o segundo é o desempenho da função articuladora de políticas públicas existentes, tanto na esfera federal como em outras esferas governamentais.

Esplanada dos Ministérios,  
Bloco T -Anexo II - 2º Andar - Sala 210  
CEP 70064-900 Brasília, DF  
Tel. (61) 3429-3683                      (61) 3429-3683        / 3429-3684  
Fax (61) 3225-0440  
E-mail: [corde@mj.gov.br](mailto:corde@mj.gov.br)  
Site: <http://www.mj.gov.br/corde/>

Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE

Sua principal competência é acompanhar e avaliar o desenvolvimento da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e das políticas

setoriais de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer, política urbana, dirigidas a este grupo social.

Os Conselhos Estaduais de Atenção à Pessoa com Deficiência estão ligados ao CONADE.

Esplanada dos Ministérios

Bloco T, Anexo II, 2º andar, sala 211

CEP 70064-900 Brasília, DF

Tel. (61) 3429-3673 (61) 3429-3673 / 3429-9219 / 3429-9159

Fax (61) 3428-9967

E-mail: [conade@sedh.gov.br](mailto:conade@sedh.gov.br)

Site: <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/conade/index.asp>

Ministério da Educação – MEC

O MEC está organizado em Secretarias; dentre elas, a que cuida da Educação Especial é a Secretaria de Educação Especial - SEESP.

A SEESP é responsável pela coordenação, implementação, supervisão e fomento da Política Nacional de Educação Especial.

Sua função é identificar oportunidades, estimular iniciativas, gerar alternativas e formular ações que propiciem o acesso e permanência do aluno com necessidades educacionais especiais no sistema de ensino, de forma a garantir o seu direito à educação.

No site da SEESP há informações sobre estatísticas sobre a educação especial, os projetos desenvolvidos e publicações que podem ser “baixadas” (download), gratuitamente

Esplanada dos Ministérios

Bloco L - Ed. Sede e Anexos

CEP 70047-900 Brasília, DF

Tel.: 0800-616161 (geral)

Tel. da Secretaria de Educação Especial (61) 2104-8651

(61) 2104-8651 / (61) 2104-9258 (61) 2104-9258

E-mail: [seesp@mec.gov.br](mailto:seesp@mec.gov.br)

Site: <http://www.mec.gov.br/seesp>

Centro de Apoio Pedagógico Especializado – CAPE

Os Centros de Apoio Pedagógico Especializado – CAPE, instalados em parceria entre o MEC/SEESP e os Estados, são equipados com computadores, impressora braille e laser, fotocopiadora, gravador e fones de ouvido, circuito interno de T V, CCTV e máquina de datilografia Braille Perkins. Eles têm como proposta principal a geração de materiais didático- pedagógicos, como livros e textos em Braille, em tipos ampliados e sonoros para distribuição aos alunos matriculados no ensino regular, bem como a organização de espaços educacionais que sirvam de apoio aos alunos com visão subnormal.

Há diversas modalidades de CAPE; alguns são denominados Centros de Apoio para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual – CAP.

Nas próximas páginas, você encontra endereços de alguns CAPEs. Para conhecer a relação completa, acesse o site <http://intervox.nce.ufrj.br/cap/catalogo.htm>

Outra iniciativa importante que o professor deve conhecer são os **Núcleos de Apoio e Produção de braile- NAPPB**.

Consulte o site <http://intervox.nce.ufrj.br/cap/catalogo.htm> para saber onde eles se localizam.

As Imprensas Oficiais para braile, no Brasil, estão no Rio de Janeiro e em São Paulo:

Rio de Janeiro

Instituto Benjamin Constant – IBC

Av. Pasteur, 350/368 – Urca

CEP 22290-240 Rio de Janeiro, RJ

Tel. (21) 3478-4400 (21) 3478-4400 / 3478-4442

Selecionamos instituições reconhecidas, que atuam nas áreas da Educação Especial e de Direitos da Criança e do Adolescente, que podem ser referência para o trabalho de inclusão feito pela escola.

Nesta seção você encontrará os endereços de APAEs, dos Centros de Apoio Pedagógico Especializado, dos Conselhos Tutelares e de bibliotecas acessíveis.

Para facilitar, agrupamos os endereços pelas Regiões de nosso País: Norte, Sul, Nordeste, Sudeste e Centro- Oeste.

Conheça um pouco sobre eles e sua função:

- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE -É uma associação civil, filantrópica, de caráter educacional, cultural, assistencial, de saúde, de estudo e pesquisa, desportivo e outros, sem fins lucrativos. Há APAEs na maioria dos Municípios brasileiros.

- Centro de Apoio Pedagógico Especializado – CAPE – São mais de 15 Centros, em diversos Estados. Eles são ligados à Secretaria de Educação Especial do MEC – Ministério da Educação e têm como objetivo principal oferecer aos alunos com deficiência visual (e também outros tipos de deficiência), matriculados na rede estadual de ensino, recursos apropriados para desenvolverem atividades que envolvem leitura, pesquisa e aprofundamento curricular.

- Conselho Tutelar -De acordo com o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar é um órgão que tem o dever de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. O ECA define, ainda, que cada Município deve ter seu Conselho.

- Bibliotecas Acessíveis -Pesquisamos bibliotecas públicas que estão preparadas para receber pessoas com todos os tipos de deficiência - daí estarem identificadas como “bibliotecas acessíveis”. Algumas ainda estão se preparando para isso; portanto, podem não o ser completamente.

Infelizmente, isso ainda não é uma realidade.